

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

*“As Marcas de Uma Vida: Vítimas de Violência Doméstica”
A Intervenção dos Técnicos Perante as Vítimas que Constroem Novos
Projetos de Vida no Gabinete de Apoio à Vítima de Faro.*

Rita Beatriz Barão Afonso

Relatório de Estágio
Mestrado em Sociologia

Trabalho efetuado sob orientação de:
Mestre Vanessa Sofia Duarte Alcântara de Sousa

2018

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

“As Marcas de Uma Vida: Vítimas de Violência Doméstica”
A Intervenção dos Técnicos Perante as Vítimas que Constroem Novos
Projetos de Vida no Gabinete de Apoio à Vítima de Faro.

Rita Beatriz Barão Afonso

Mestrado em Sociologia
Relatório de Estágio

Trabalho efetuado sob orientação de:
Mestre Vanessa Sofia Duarte Alcântara de Sousa

2018

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser o(a) autor(a) deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Rita Beatriz Barão Afonso

.....

Direitos de cópia ou Copyright

© **Copyright:** Rita Beatriz Barão Afonso

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Para a realização da presente investigação tive o privilégio de ter a meu lado várias pessoas que merecem toda a minha gratidão:

À professora Mestre Vanessa Duarte o meu agradecimento pelo seu apoio, orientação e dedicação durante todo o trabalho.

Ao professor Doutor João Filipe Marques, que desde sempre me encaminhou e incentivou a ingressar no Mestrado em Sociologia.

Ao professor Doutor João Eduardo Martins que me inspirou para continuar os estudos e me encaminhou para o mestrado.

Um obrigado bem extenso à Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, onde efetuei a minha Licenciatura e onde agora realizei o Mestrado em Sociologia.

Um agradecimento especial à Doutora Lurdes Carlos, a minha supervisora de estágio no Gabinete de Apoio À Vítima de Faro, que sempre me apontou o melhor caminho e me acompanhou ao longo de todo o estágio. A todos os restantes técnicos da instituição, um abraço de gratidão, por me terem acolhido de braços abertos e me terem ensinado a ser uma boa profissional.

Às vítimas de violência doméstica que entrevistei, um especial obrigada por me terem confiado suas histórias de vida e permitido, deste modo, enriquecer o meu trabalho.

Finalmente, mas não menos importante, demonstrar uma enorme gratidão aos meus pais, avós, minha tia, ao meu namorado e aos meus amigos mais próximos, por me ajudarem a acreditar e me ensinarem que a força necessária para ultrapassar todos os obstáculos está dentro de mim.

Agradeço com todas as minhas forças, o vosso carinho e apoio. Quando já nada fazia sentido iluminaram o meu caminho e davam-me a força e esperança necessária para não desistir.

Resumo

Este trabalho é fruto de uma análise intensiva do fenómeno da violência contra as mulheres e surge como forma de prevenção e construção de vários indicadores de risco que possibilitam detetar estas situações.

O fenómeno estudado remete para uma desigualdade de género, historicamente construído e culturalmente enraizado na sociedade portuguesa. Sendo um conceito de grande complexidade, não deve ser analisado de uma forma ligeira sobretudo devido à natureza dos intervenientes, sejam eles vítimas ou agressores.

Sendo assim, revela-se de extrema importância perceber este fenómeno que eventualmente se poderá considerar como um fator impositivo na vida do sujeito ao longo dos anos, sujeito a variantes e a alterações comportamentais que podem ser detetadas com o decorrer do tempo.

As duas questões consideradas pertinentes para aprofundar e problematizar este estudo foram:

- Como é que os técnicos de vítimas de crime intervêm numa situação em que a vítima corre perigo por parte do agressor?
- Qual o impacto criado na vida das vítimas através do trabalho dos técnicos?

Tendo em consideração os objetivos propostos para a elaboração do trabalho, realizamos o estágio no Gabinete de Apoio À Vitima em Faro onde procedemos, in loco, à recolha das perceções e à análise que as vítimas de violência doméstica fazem relativamente ao trabalho e ao impacto que os técnicos têm na sua vida.

Esta análise foi baseada em entrevistas semiestruturadas, realizadas a técnicos e a beneficiárias dos serviços promovidos pelo gabinete, tendo em conta o vocabulário utilizado, diversas categorias ou aspetos sobre este fenómeno de maneira a reconhecer e a compreender a violência doméstica exercida sobre as mulheres. A metodologia utilizada baseou-se numa abordagem qualitativa.

Este estudo centra-se ainda na revisão da literatura acerca da violência doméstica, apoiando-se na Teoria do Estigma de Erving Goffman para a criação de categorias de acordo com a revisão do estado da arte em torno deste fenómeno.

PALAVRAS CHAVE- Violência Doméstica; Técnicos; Vítimas; Agressores.

Abstract

This work is the result of an intensive analysis of the phenomenon of violence against women and is aimed to work as a mean of prevention and construction of several risk indicators that make it possible to detect these situations. The studied phenomenon refers to a gender inequality, historically constituted and culturally rooted in Portuguese society. Being a concept of great complexity, it should not be analyzed in a slight way due to the nature of the actors, either themselves or aggressively. Thus, the perception of the phenomenon that can be considered as a factor in the subject's life over the years, subject to variations and behavioral changes that can be detected with the passage of time, is revealed. The related questions to deepen and problematize this study were:

- How is crime-fighting services a situation where the perpetrator is in danger?
- What is the impact generated in life through work?

In order to be able to participate in the work of the victim in Faro Office, it is necessary to have a positive attitude on the ground. This analysis was based on semi-structured interviews, taking into account the vocabulary used, various categories or aspects of this phenomenon in order to recognize and understand the domestic violence impact on abused women.

The methodology used was based on a qualitative approach. This study further focuses on a literature book on domestic violence, relying on Erving Goffman's Theory of Stature for a definition of categories according to a review of the state of the art in the context of this phenomenon.

KEYWORDS - Domestic Violence; Victims; Aggressors.

ÍNDICE GERAL:

Declaração de Autoria do Trabalho	x
Agradecimentos	xi
Resumo	xii
Abstract	xiii
Índice de Gráficos	i
Índice de Tabelas	ii
Índice de Figuras	iii
Índice de Apêndices	iv
Lista de Abreviaturas	v
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. <i>Motivações do estágio</i>	1
1.2. <i>Contextualização do estágio</i>	1
1.3. <i>Objetivos</i>	2
1.4. <i>Perfil de Competências</i>	2
1.5. <i>Funcionamento do Estágio</i>	3
1.6. <i>Estrutura do Relatório</i>	4
1.7. <i>Metodologia</i>	4
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
2.1. <i>Diferença entre Vítima e Vitimação</i>	6
2.2. <i>Definição de violência doméstica</i>	8
2.3. <i>O ciclo da violência doméstica e a avaliação de grau de risco</i>	10
2.4 <i>Estigma enfrentado em volta das vítimas de violência doméstica</i>	14
2.5. <i>A Intervenção dos técnicos de apoio à vítima</i>	15
2.6 <i>Vítimas de violência doméstica em Portugal</i>	16
2.6.1 <i>Violência sobre as mulheres</i>	16
2.6.2 <i>Violência sobre as crianças</i>	18
2.7. <i>Regime Jurídico</i>	20
2.7.1. <i>Enquadramento criminal da violência doméstica</i>	20
III. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE ACOLHEDORA	22
3.1. <i>Associação Portuguesa de Apoio à Vítima:</i>	22
3.2. <i>Atividade</i>	22
3.3. <i>Caracterização dos Beneficiários</i>	23
3.4. <i>Estrutura</i>	26

IV. DESCRIÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS AO LONGO DO ESTÁGIO	29
<i>4.1. Formações</i>	29
<i>4.2. Atendimentos.....</i>	30
<i>4.3. Atividades realizadas no exterior da instituição</i>	31
V. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	32
<i>5.1. Tipo de estudo.....</i>	32
<i>5.2. Pergunta de partida e modelo de análise</i>	32
<i>5.3. Recolha de dados</i>	34
<i>5.3. 1 Pesquisa bibliográfica</i>	34
<i>5.3.2 Entrevista semiestruturada</i>	35
VI. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E REFLEXÃO DOS RESULTADOS.....	38
<i>6.1. Análise de conteúdo das entrevistas aos técnicos</i>	38
<i>6.2 Análise de conteúdo das entrevistas às vítimas.....</i>	41
VIII. CONCLUSÕES	44
Referências bibliográficas	47
Legislação	50
Fontes Informáticas	50

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Vítimas segundo o sexo (2017)	7
Gráfico 2. Autor do Crime (2017)	21
Gráfico 3. Atendimentos segundo o tipo de contacto efetuado (2017)	23
Gráfico 4. Atendimentos realizados segundo a origem do contacto (2017).....	24
Gráfico 5. Crimes registados ou outras formas de violência por tipo de crimes (2017)	25
Gráfico 6 Atendimento segundo o tipo de apoio prestado(2017).....	28

Índice de Tabelas

Tabela 1. Modelo de Análise	33
Tabela 2. Entrevista semi-estuturada aos técnicos.....	35
Tabela 3. Entrevista semi-estruturada às pessoas vítimas de violência doméstica.....	36
Tabela 4. Caracterização dos 4 técnicos entrevistados.	38
Tabela 5. Sinopse das entrevistas realizadas aos técnicos.	38
Tabela 6. Caracterização das pessoas vítimas de violência doméstica.	41
Tabela 7. Sinopse das entrevistas realizadas às pessoas vítimas de violência doméstica.....	41

Índice de Figuras

Figura 1. Fases da Violência Doméstica.....	11
---	----

Índice de Apêndices

Apêndice 1. Guião de entrevista aos técnicos.....	52
Apêndice 2. Entrevista realizada ao técnico 1	54
Apêndice 3. Entrevista realizada ao técnico 2	60
Apêndice 4. Entrevista realizada ao técnico 3	65
Apêndice 5. Entrevista realizada ao técnico 4	69
Apêndice 6. Guião de entrevista semi-estruturada às pessoas vítimas de violência doméstica	73
Apêndice 7. Entrevista realizada à Vítima A.....	75
Apêndice 8. Entrevista realizada à Vítima B	79
Apêndice 9. Entrevista realizada à Vítima C.....	83
Apêndice 10. Entrevista realizada à Vítima D.....	87
Apêndice 11. Certificado de formação profissional do " Curso de formação de técnicos de apoio à vítima - Nível Básico"	92
Apêndice 12. Certificado de formação profissional do curso "Gestão e Avaliação de Grau de Risco"	93

Lista de Abreviaturas

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
GAV	Gabinete de Apoio à Vítima.
ACASO	Associação Cultural e de Apoio Social.
TAV	Técnico de Apoio à Vítima.
ONG'S	Organizações Não Governamentais
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social

I. INTRODUÇÃO

1.1. Motivações do estágio

A temática escolhida para a investigação e aprofundamento recaiu na questão do crime de violência doméstica contra as mulheres. O objetivo principal era integrar na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Faro (APAV) como estagiária.

A escolha da APAV, como instituição de referência, permitiu-me enriquecer, desenvolver e aprofundar os meus conhecimentos. Sendo que o maior interesse e motivação foram, acima de tudo conhecer a realidade de forma mais aprofundada através da minha integração no funcionamento da instituição.

Através do ingresso na organização, foi-me possível presenciar os acontecimentos de modo mais real, contactando com casos particulares, exclusivos e diferenciados, bem como contactar diretamente com as vítimas através de um atendimento personalizado e íntimo, desenvolvendo interajuda ou apoio através da promoção da igualdade, dos direitos básicos dos cidadãos, do bem-estar e da inclusão social.

Ao ingressar como voluntária/estagiária no Gabinete de Apoio à Vítima de Faro (GAV), os maiores desafios enfrentados foram sobretudo lidar diretamente com pessoas que estão psicologicamente fragilizadas e tentar transmitir-lhes força e coragem de modo a que não desistissem da conclusão do seu processo.

1.2. Contextualização do estágio

A elaboração deste documento está integrada no plano de estudos do segundo ano do Mestrado em Sociologia, da Universidade do Algarve e enquadra as atividades desenvolvidas no GAV, nas instalações da APAV de Faro.

Reflete a análise qualitativa e objetiva realizada através da intervenção dos técnicos de apoio à vítima (TAV), na construção de novos projetos de vida.

Durante o processo de investigação, estudou-se como se elabora a intervenção personalizada e dirigida essencialmente às vítimas femininas de crime de violência doméstica. Analisaram-se ainda, as qualificações técnicas do trabalhador social na

identificação das diversas variáveis e na compreensão dos problemas sociais, da sua intervenção e do desenvolvendo do seu papel mediador (APAV, 2016).

Salientamos, que sendo a temática da violência doméstica complexa e cada vez mais presente na sociedade portuguesa, tem de ser encarada como um assunto pertinente, e abordada de 3 prismas diferentes: compreender a vítima, o seu comportamento e o seu perfil, compreender o perfil dos agressores e finalmente, definir o papel dos técnicos na intervenção direta sobre situações de crise.

1.3. Objetivos

Os principais objetivos do estágio assentavam nos seguintes pressupostos:

- Conhecer os apoios que a instituição oferece às vítimas e os apoios externos que estas podem beneficiar;
- Definir o papel e o perfil do profissional em Sociologia no Gabinete de Apoio à Vítima de Faro.
- Analisar o perfil técnico para o apoio às vítimas de violência doméstica e o impacto do seu trabalho.
- Aumentar as competências de intervenção social;

1.4. Perfil de Competências

Para além dos objetivos a cumprir no estágio e apresentadas no relatório, foram traçadas metodologias, competências interpessoais, sociais e cognitivas abaixo expostas:

Metodologias

- Recolher, analisar e refletir toda a informação recolhida através da análise da revisão de literatura;
- Utilizar de forma eficaz as técnicas e instrumentos de recolha de dados na área social;

- Conhecer as abordagens relacionadas com os técnicos no processo de tomada de decisão.

Competências Sociais/Interpessoais

- Saber comunicar com os especialistas pertencentes a outras áreas de estudo;
- Saber comunicar com as vítimas;
- Comunicar em público;

Competências Cognitivas

- Desenvolver competências na área de apoio às vítimas de violência doméstica;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do plano de estudos;
- Criar autonomia, para futuramente proceder em conformidade com as regras e as normas criadas na instituição;
- Saber lidar com diversas situações e divergências.

1.5. Funcionamento do Estágio

O estágio teve duração de 640 horas e iniciou a 1 de setembro de 2017. O horário estabelecido com a instituição foi às segundas-feiras das 14 horas às 17h30m e de terça-feira a sexta-feira das 10 horas às 12h30m e das 14h às 17h30m. A supervisão foi efetuada pela Dr.^a Lurdes Carlos.

Durante o estágio foi possível realizar o acompanhando da execução de diversas atividades, tanto no interior como no exterior da instituição.

No interior da instituição foram realizados diversos atendimentos, presenciais, telefónicos e por via e-mail, possibilitando assim o contacto com algumas beneficiárias do serviço, e consequentemente possibilitando a aprendizagem do desenho e execução de planos de segurança e de intervenção para a proteção dessas indivíduos.

A frequência em duas ações de formação: “*Curso de formação de técnicos de apoio à vítima*” *Nível Básico* e “*Gestão e Avaliação do Grau de Risco*” possibilitaram a aquisição de ferramentas e instrumentos de relevo para o contacto com a realidade: os procedimentos nos atendimentos, métodos de avaliações de grau de risco, desenho de planos de segurança e metodologias de intervenção junto das vítimas.

As atividades realizadas no exterior da instituição prendem-se com eventos e ações de sensibilização em escolas e outras instituições. O Objectivo era apresentar a instituição, divulgando a sua missão, os seus valores e os seus apoios principais.

As iniciativas de sensibilização junto da comunidade escolar assentam no princípio da prevenção primária da violência, dotando os jovens de estratégias e competências para fazer face ao risco e os desafios presentes nos diversos contextos.

1.6. Estrutura do Relatório

O presente relatório divide-se em seis capítulos para uma melhor apresentação e organização.

Na primeira parte, a “Introdução”, desenha-se a contextualização, e definem-se os objetivos, as motivações e o perfil de competências.

O capítulo do “Enquadramento Teórico” permite-nos conhecer o estado da arte, através da análise de algumas perspetivas e conceitos sobre a temática em análise.

O Enquadramento institucional diz respeito à identidade da entidade acolhedora, a sua história, a missão, os valores, e a tipologia de técnicos e de apoios existentes, os seus beneficiários, a estrutura, o tipo de contacto efetuado com as vítimas, a tipologia dos crimes denunciados, entre outros aspetos considerados de interesse ao presente estudo.

A quarta parte do relatório aborda a temática “Descrição sobre as atividades realizadas ao longo do estágio” seguindo-se o capítulo do “Enquadramento Metodológico”. Esta parte é referente ao tipo de estudo, à pergunta de partida, o modelo de análise, a técnica de recolha de dados utilizada e à pesquisa bibliográfica.

A parte final encerra com as conclusões e reflexão dos resultados obtidos ao longo do estágio.

1.7. Metodologia

A escolha da abordagem metodológica depende sempre dos objetivos definidos a estudar. No caso concreto, o objetivo principal foi conhecer a perceção das vítimas sobre a intervenção dos técnicos na construção de novos projetos de vidas no GAV de Faro.

A metodologia utilizada durante a investigação foi a análise documental, sendo que para a recolha de dados se recorreu às entrevistas semiestruturadas (aos técnicos da instituição e a 4 beneficiárias do Gabinete de Apoio) numa metodologia qualitativa.

Esta metodologia foi direcionada para perceber as ações e significados nos entrevistados, permitindo interação direta com os técnicos e com as vítimas de violência doméstica. Através da análise de diversos indicadores e da recolha de dados caracterizou-se o impacto e o trabalho que os técnicos de apoio à vítima têm na vida das vítimas.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Diferença entre Vítima e Vitimação

O conceito de vítima refere-se à situação em que um sujeito (independentemente do sexo ou idade) sofre um atentado à sua integridade física ou psicológica, consoante as leis penais em vigor. É considerado um sofrimento de ordem mental ou uma perda material,

O conceito de vítima abrange também a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimação (APAV, 2005: 61).

Segundo a APAV existem quatro níveis de vitimação a considerar:

O primeiro nível refere-se à pessoa que sofre qualquer tipo de dano, sem no entanto, se reconhecer como vítima. Nestes casos, os indivíduos acabam por manifestar um sentimento de culpa. O crime de violência doméstica é um bom exemplo para a presente tipificação.

O segundo nível corresponde aos sujeitos que encaram a vitimação como injusta e desenvolvem um sentimento de medo. Este tipo de vítima não possui a capacidade de assumir publicamente esse papel manifestando um sentimento de medo e vergonha “este sentimento resulta do facto de, em alguns casos, a revelação do processo de vitimação poder, ainda hoje, construir um risco de estigmatização ou de exclusão social para a vítima” (APAV, 2005: 62)

O terceiro nível corresponde às vítimas que recorrem a terceiros (amigos, familiares ou profissionais) para que estes reconheçam e aceitem o estatuto de vítima. (Esta comunicação depende normalmente da relação que a vítima tem com o ofensor e o com o impacto da denúncia; os obstáculos ou despesas que o processo pode acarretar ou ainda à perceção da burocracia envolvente. Os fatores sociais ou psicológicos por vezes impedem a vítima de denunciar, acabando por acontecer uma vitimação continuada).

O último nível abrange os indivíduos que se reconhecem enquanto vítimas de uma situação de violência, tornando “oficial” esta situação. Procuram apoio de terceiros, para a recuperar a sua segurança, confiança e independência que lhes foi roubada pelo agressor.

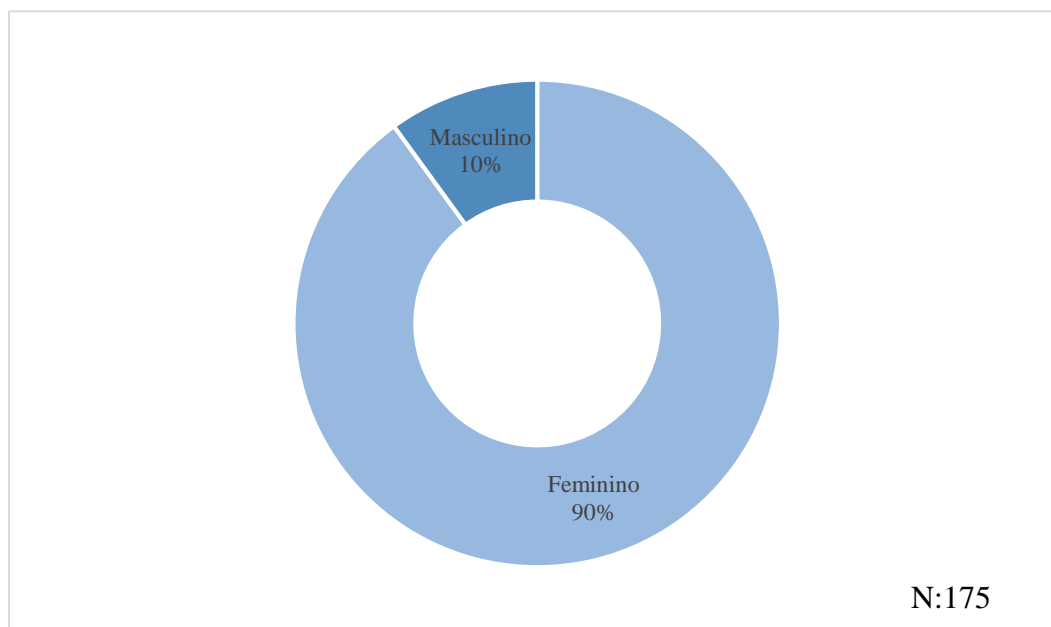
A vitimação acarreta vastas consequências. No caso da vítima direta, as consequências físicas são consideradas as mais valorizadas, podendo variar entre lesões

simples e lesões mortais. No entanto, as consequências psicológicas presenciam-se na maioria dos casos e o seu tipo de gravidade é variável, consoante as características da vítima e do seu meio envolvente. As consequências socioeconómicas e familiares, podem traduzir-se em perturbações ao nível do aproveitamento e relacionamento escolar, laboral ou familiar, devido ao enfraquecimento do respetivo núcleo (APAV,2005).

As vítimas podem apresentar diversos sintomas de vitimação, dependendo do tipo de crime, das circunstâncias em que este ocorreu ou a relação com o agressor. Em termos de reações físicas podem manifestar-se sintomas como perda de energia, dores musculares, arrepios ou afrontamentos, entre outros. No que toca às reações psicológicas, observam-se comumente sentimentos de solidão, culpa, tristeza, *flashbacks*, entre outros. Nas relações a nível social, a vítima poderá manifestar medo de estar sozinha, gerando comportamentos de estigmatização ou exclusão social, abandono do local de trabalho ou funções laborais ou evitando frequentar locais que lhes causam sentimentos de insegurança (APAV,2005).

Segundo dados estatísticos recolhidos pelo GAV de Faro (2017) referente ao sexo das vítimas, 90% corresponde a vítimas do sexo feminino e os restantes 10% correspondem ao sexo masculino, como se pode verificar através da leitura do Gráfico 1.

Gráfico 1. Vítimas segundo o sexo (2017)



Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas retiradas do relatório anual do GAV de Faro 2017.

2.2. Definição de violência doméstica

Definir um conceito universal e consentâneo de violência doméstica, não é fácil. Na sua conceptualização, diversos autores optaram por seguir a corrente da análise prioritária do contexto social, económico, político e religioso em que os sujeitos ativos e passivos se encontram inseridos.

Outros autores centram-se apenas no uso da força física, psicológica, económica ou política (Alarcão 2004: 7), defendendo que a violência doméstica ocorre quando existe alguma prática de um ou mais crimes, num contexto de relação de parentesco, por exemplo, entre pais/filhos ou avós/netos. Consequentemente, quando ocorre violência entre adultos ligados por laços afetivos, o termo mais indicado corresponde a “violência doméstica”. Será esta a interpretação mais indicada quando se aborda a temática da violência no ambiente familiar.

Só a partir dos anos oitenta é que este conceito começou a corresponder essencialmente à violência praticada pelos homens, maridos ou companheiros, contra as suas mulheres ou companheiras (APAV, 2010).

Presentemente existe uma maior sensibilidade e intolerância no que respeita a comportamentos violentos. Note-se que inclusive, existem certas Organizações Não-Governamentais, que apoiam e intervêm sobre os casos de violência, no que toca aos serviços sociais de apoio e proteção de vítimas, observam novas atitudes sobre este fenómeno. (Dias, 2002)

Segundo Felson, Messner e Hoskin (1999) a violência doméstica diz respeito à violência que ocorre num relacionamento conjugal, em que os parceiros coabitam independentemente dos laços conjugais que os unem.

É no contexto familiar que se verifica uma maior proporção de violência contra as mulheres, definindo o binómio sobre as relações sociais secundárias e as relações de intimidade, tornando assim diversos limites de intervenção externa nas famílias e nas relações que se constroem no contexto e no espaço doméstico (Santos, 1993), dando assim evidência ao afastamento durante imenso tempo da regulação criminal e das condutas privadas (Leandro, 2001).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, define violência doméstica como,
(...) qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo

espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade (APAV, 2010: 11).

Este conceito remete para vários crimes, sejam estes maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, violação entre outros. No “Manual de Recursos da Direção Geral de Saúde” (2003) a definição de violência doméstica corresponde a todas as situações de violência física e sexual, sejam empurrões, beliscões, pontapés, espancamentos, bastando um pequeno incidente para aumentar a frequência e a intensidade destes atos.

Este conceito pode ser utilizado também para definir a violência psicológica e mental, nomeadamente as agressões verbais, a clausura ou a a privação de recursos.

Todos estes fenómenos sociais contribuíram para a reflexão teórica desta problemática, sobretudo perante a evolução do papel social das mulheres, designadamente a sua entrada no mundo do trabalho, com a conseqüente protelação do casamento e a liberdade para escolher o número de filhos. Anthony Giddens denominou este fenómeno como “famílias de dupla carreira” (Giddens, 2000: 24).

De referir que existe um outro conceito interligado com o conceito de violência doméstica: a violência intrafamiliar.

A violência intrafamiliar recai sobre os membros da família nuclear ou extensa. Enquanto o conceito de violência doméstica inclui os outros membros do grupo, sem função parental por exemplo um avô/avó, tio/a, sobrinho/a (Cunha, 2007).

Atualmente, a maior taxa de vitimação, permanece indexada ao sexo feminino, o que leva os teóricos feministas a argumentarem que a violência doméstica, se trata de um fenómeno unidirecional, perpetrado pelo género masculino. Segundo as perspetivas feministas, a violência doméstica é baseada numa estrutura social, em que o controlo, o poder e a violência nas relações de intimidade, aparecem como um racional explicativo de um elemento do casal sobre o outro. Partindo desse pressuposto, todos os homens poderão eventualmente ser capazes de agredir, porquanto revela uma natureza instintiva e normal de mostrar a própria masculinidade, como exigência de uma sociedade tipicamente “machista” (Cornell, 1995).

As teorias que se centram no processo de socialização e de aprendizagem social explicam a violência doméstica pela conformidade social, em que o agressor reage

conforme a necessidade de utilizar o poder e o controle. O homem que assume uma posição dominante, sabe que pode servir-se do abuso físico e sexual para materializar o seu domínio (Costa, 2003).

De acordo com os pressupostos da Teoria da Aprendizagem Social e dos Sistemas Familiares, a violência é considerada um comportamento socialmente aprendido, mas que pode igualmente ser substituído por outro comportamento. Esta teoria é criticada devido ao impacto dos aspetos serem tratados de uma forma globalizante.

No entanto, as questões do género e do poder na aprendizagem social consideram-se questões desenvolvidas do foro psicossocial, são utilizadas e estudadas no sentido de consolidar a teoria dos sistemas familiares e a transmissão intergeracional da violência conjugal. Note-se que este modelo remete para a experiência da vitimação através da infância, favorecendo assim no seio da família, percorrendo gerações.

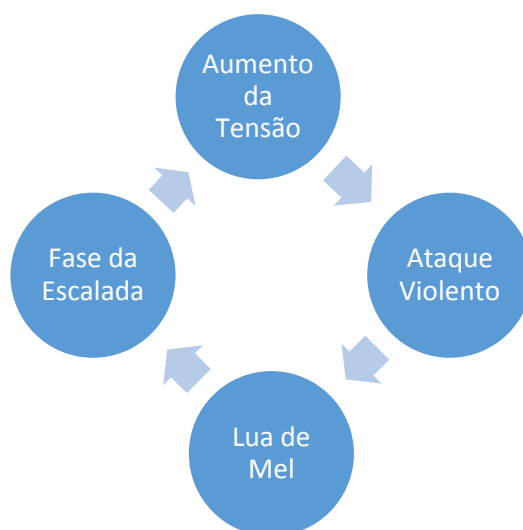
2.3. O ciclo da violência doméstica e a avaliação de grau de risco

A APAV distingue dois tipos de violência doméstica: O primeiro é a violência doméstica em sentido estrito, baseado em atos criminais enquadráveis (os maus tratos físicos ou psíquicos). O segundo é a violência doméstica em sentido lato que inclui os crimes no contexto doméstico (violência sexual ou roubo) (APAV, 2010).

Segundo Machado, Gonçalves e Abrunhosa (2005), para além destes dois tipos de violência existem outros, como por exemplo, a intimidação (em que o agressor/a destrói objetos pertencentes à vítima, exhibe armas, utiliza a violência emocional desmoralizando, humilhando ou insultando a vítima ou ainda instrumentalizando os filhos usando-os para enviar mensagens ou ameaçar levá-los de casa).

O ciclo da violência doméstica possui diversos fatores de risco (individuais, socioculturais ou ambientais) que podem despoletar a probabilidade de ocorrência e que, segundo a APAV, geralmente é constituído por quatro fases, como podemos observar na figura 1

Figura 1. Fases da Violência Doméstica



Fonte: Elaboração própria com base no Manual Alcipe (2016) e do Relatório de Mulheres (In)Visíveis (2006).

A primeira fase é identificada com o **aumento da tensão**, em que a vítima é culpabilizada pelo agressor por provocar a tensão, ou seja, qualquer situação serve de pretexto para a discussão, desculpabilizadas por tensões acumuladas pelo cotidiano, “(...) As tensões acumuladas no cotidiano, as injúrias e as ameaças do agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente” (APAV, 2010: 27). É habitual que o agressor se torne mais agressivo sob influência de bebidas alcoólicas ou de substâncias psicoativas.

O **ataque violento**, surge na segunda fase, na qual o agressor exerce violência tanto física como psicologicamente contra a vítima, aumentando assim a sua frequência e intensidade. Nesta fase os agressores podem escalar a violência e cometer homicídio. A agressão fica tão violenta, que as vítimas acabam por exercer um papel passivo, tentando acalmar o agressor, esperando que este se torne menos violento. Nesta fase, normalmente a vítima poderá necessitar de tratamento médico e psicológico, mas o agressor impede-a de o fazer.

Na terceira fase, dominada como **lua de mel**, o agressor acarinha a vítima, desculpabiliza-se, prometendo alterar o seu comportamento e fazendo-a acreditar que tudo o que se passou, foi fruto de um momento de descontrolo.

Na perspectiva de Alvim através de Teresa Rosmaninho, poderá existir uma quarta fase, denominada como **fase de escalada** e reinício do ciclo, em que começa de novo a irritabilidade e a tensão aumenta. Acontece quando a vítima tenta exercer de novo a sua autonomia e o agressor sente que existe uma perda de controlo, voltando assim ao novo episódio violência (Alvim, 2006).

Os acontecimentos agressivos intercalados com os momentos de ternura, provocam instabilidade e insegurança face à vítima, acabando esta por se acomodar à situação, “tornando-se uma sobrevivente que aos poucos vai avaliando a melhor forma de iniciar a rutura da relação” (Costa e Duarte, 2000: 65).

Constatou-se, no entanto, que, em diversos cenários a fase de “lua de mel” poderá não existir, podendo ser difícil entender as razões que levam as vítimas a permanecer com os agressores, “considerando que estas têm diversas reações e não é fácil, porque cada uma tem o seu problema, as personalidades, a história de vida, entre outros divergem” (Costa e Duarte, 2000: 66). As vítimas de violência doméstica tendem a anular-se e não procuram respostas ou soluções para o seu problema. “Por vezes estas têm falta de capacidade, o agressor é que comanda a sua vida, levando assim para situações de angústia e dificuldades de equilíbrio emocional, para conseguir enfrentar estas dificuldades que tornam o dia-a-dia delas” (Goleman, 1997: 63).

Segundo Araújo e Mattioli (2004), na violência presenciam três categorias independentemente de serem contra homens ou mulheres.

No caso de a vítima ser masculina e o agressor feminino, a primeira categoria remete para a “violência física” as agressões são dirigidas ao corpo, resultando assim em lesões corporais. Os objetos mais utilizados pelas mulheres na violência contra o homem são instrumentos domésticos: garfos, facas ou cabos de vassoura.

Na segunda categoria denominada por “violência psicológica”, as autoras incluem diversas formas de agressão que causam sofrimentos psíquicos à vítima, como abuso de poder ou infidelidade.

A terceira categoria corresponde a agressões relacionadas como bens materiais da vítima, como o carro ou instrumentos de trabalho e denomina-se de “violência material”.

Na violência contra a mulher a primeira categoria é denominada de “violência física” que consiste nomeadamente em socos, pontapés, empurrões. Na maioria das vezes estas agressões resultam em lesões corporais como hematomas ou feridas em várias partes do corpo.

A segunda categoria corresponde à “violência psicológica” caracterizando-se por agressões verbais, humilhações ou ameaças. Esta violência acaba por estar presente na primeira categoria, causando assim sofrimento do foro psicológico da vítima.

A terceira categoria corresponde à “violência sexual” traduzindo-se em qualquer ato sexual a que a vítima é submetida contra a sua vontade, resultando assim de abusos sexuais ou de assédio sexual.

As instituições de apoio à vítima de violência doméstica possuem uma avaliação de grau de risco para as mulheres vítimas de violência doméstica com a finalidade de dotar de conhecimentos específicos sobre essa situação. A maior parte das investigações sobre a avaliação de risco, centra-se no comportamento criminal procurando assim entender quais os fatores de riscos associados à reincidência da violência (Palmer, 2001).

Segundo a literatura que se debruça sobre a presente matéria, existem vastos fatores que se encontram associados ao aumento da probabilidade da violência, tais como os antecedentes familiares, os fatores sociais, a história criminal entre outros. Estes fatores dividem-se em dois tipos: variáveis estáticas que não se alteram (antecedentes familiares) e em variáveis dinâmicas que podem vir a sofrer alterações ao longo do tempo (fatores sociais, psicológicos).

A necessidade primordial que justifica e fundamenta a necessidade da realização de uma avaliação de grau de risco, prende-se com a prevenção, designadamente a identificação e planificação de quais os passos que a vítima deve tomar e como deve agir para minimizar os riscos a correr. No entanto, esta prevenção não se encontra direcionada para que não volte a reincidir a violência. Para que isto aconteça será necessário estudar-se a frequência com que esta ocorre.

Em contexto de violência é difícil falar de um grau de risco baixo, médio ou elevado, pois o grau de risco não é permanente. Existe uma grande imprevisibilidade do comportamento humano, nada garante ao TAV, que independentemente de apresentar um grau de risco baixo, a vítima não possa ser alvo de homicídio. Nestes termos, consoante os motivos, entende-se que os indicadores de grau de risco não procuram assinalar os “níveis”, mas sim, alertar os diversos tipos de risco e elaborar o plano de intervenção mais adequado e eficaz.

2.4 Estigma enfrentado em volta das vítimas de violência doméstica

Erving Goffman é o autor que nos permite compreender com profundidade a temática da violência doméstica. Para além da sua teoria interacionista, os vastos conceitos que este autor utiliza como o estigma, a fachada social, a identidade social e a representação, são os que mais se identificam com esta investigação.

A noção de estigma e de representação social é imprescindível para compreender a violência doméstica, mas também as experiências vividas pelas mulheres vítimas de violência. Segundo Erving Goffman, as representações sociais são consideradas um conjunto de explicações, crenças e ideias que permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto, resultando assim da interação social de um determinado grupo de indivíduos. A interação social transforma o processo comunicativo entre os atores no dia-a-dia: cada um representando um papel de acordo com o seu sistema de valores e modelos que determinam o seu comportamento e utilizando uma máscara para a sua representação (Goffman, 2004).

Esta interação remete os indivíduos para dois tipos de identidades: a identidade social virtual que é construída essencialmente pelos outros, com base na informação que possuem (maneira de vestir, entre outros) e a identidade social real que é a personalidade do indivíduo. O estigma surge quando estes atributos têm um defeito para o indivíduo, como refere Goffman:

O Estigma não é apenas um atributo pessoal, mas uma forma de designação social. Ele consiste num tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, pela qual se constrói a diferença, uma vez que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias (Goffman, 2004: 5).

No entanto, o processo social no que concerne ao estigma torna-se um jogo para os atores sociais, entre a imagem virtual e a real, onde têm papéis preponderantes da vitimização à subsequente aceitação da diferença ou ocultação do defeito.

Consequentemente, a vergonha e o estigma que estas mulheres sentem a nível social, podem contribuir para a ocultação e a incapacidade de denunciar o agressor. Segundo o mesmo autor, a identidade, é instável, contraditória, inconsistente e inacabada. Esta está ligada a diversas estruturas discursivas e narrativas aos sistemas de representação, tendo assim poucas conexões com as relações de poder.

2.5. A Intervenção dos técnicos de apoio à vítima

Atualmente existem grandes desafios para os profissionais de trabalho social, principalmente aqueles que têm como principal compromisso garantir e afirmar os direitos sociais enquanto elemento para o exercício da cidadania. A violência é um exemplo do desafio. (Farias, 2014).

A intervenção destes profissionais tem como principal objetivo estabelecer uma rede de apoio às vítimas de violência e às suas famílias, de forma a protegê-las e garantindo o acesso a bens e serviços, aumentando a proteção e defesa dos direitos sociais. A intervenção tem por base responsabilizar o agressor, consciencializando-o para a denúncia deste crime, minimizando assim a intolerância social, assim como a alteração das normas e das atitudes face a esta problemática (Farias, 2014).

O trabalho social deverá assentar no trabalho em rede e na boa articulação entre as políticas públicas de modo a garantir os direitos sociais em prol dos indivíduos. O trabalhador social deverá ainda possuir a capacidade de estabelecer uma boa relação com o utente “(...) e estar a par da sua situação/problema, de forma a fazer um bom acompanhamento social” (Farias, 2014: 37).

Segundo Payne, existem três perspetivas sobre o Serviço Social: a primeira é uma visão reflexiva terapêutica, o Serviço Social colabora com o indivíduo na procura do seu poder pessoal, promove e facilita o crescimento da realização pessoal e do bem-estar na sociedade para os indivíduos, grupos ou comunidades. Na segunda visão denominada de “Visão Socialista-Coletivista”, o Serviço Social age através de uma rede. Esta visão é investigada sobre a “Cooperação e apoio mútuo na sociedade em prol da igualdade, de forma a que as pessoas mais oprimidas e desfavorecidas possam conquistar poder sobre as suas próprias vidas” (Payne, 2002: 20). Por último segundo a “Visão Individualista-Reformista”, mostra-nos que o Serviço Social tenta melhorar os serviços onde se inclui com a finalidade de atuar nas necessidades do indivíduo (Payne, 2002).

Atualmente o Serviço Social trabalha com as vítimas quer em diversos contextos institucionais, públicos ou privados. “Por força da missão destas Instituições, o trabalho do Assistente Social não se dá normalmente de forma isolada, mas integrado num trabalho coletivo e combinado, formado por equipas multidisciplinares e interdisciplinares” (Rodrigues, 2012: 37).

Os técnicos de apoio à vítima atuam em diversas instituições conforme as necessidades que se apresentam, seja “através do acolhimento, da alimentação e da saúde,

todavia é fundamental existir também uma intervenção com o agressor/a, para a proteção da vítima” (Rodrigues, 2012). Estes profissionais procuram sempre fortalecer as vítimas em diversas dimensões, garantindo-lhes a importância da sua existência,

Esta garantia pode ser concretizada no processo de reconfiguração do seu projeto de vida, no acesso aos seus direitos sociais, na vivência da sua cidadania. O caminho para esta garantia é a construção das redes sociais da usuária, competindo aos profissionais a mediação destas relações com as redes (Rodrigues, 2012: 39).

A intervenção dos técnicos, no âmbito do acompanhamento das vítimas de violência doméstica consiste essencialmente em ajudar a otimizar as potencialidades existentes aquando os momentos de crise. Estes serviços de apoio oferecem orientação sobre direitos e as decisões que dizem respeito às mulheres, participando deste modo nas decisões que dizem respeito à vida das vítimas, desenvolvendo nelas sentimentos de segurança e liberdade, caracterizando-se por relações de respeito entre pessoas envolvidas diretamente na relação de ajuda (APAV, 2010).

Os processos de intervenção social, consistem essencialmente na interação que envolve o sistema-cliente com necessidades sociais e um sistema-interventor que consiste num conjunto de recursos de resposta. Esta interação assenta num processo de comunicação, que ocorre num contexto em que os sistemas estabelecem trocas dando assim lugar a influências mútuas, composto por elementos que fornecem um enquadramento social e se representam como promotores ou constrangedores à intervenção social.

Segundo esta definição, a intervenção social consiste num processo de ajuda. Este sistema é composto por um conjunto de agentes ou atores sociais que estão institucionalizados nas organizações e prestam serviços de proximidade, remetendo assim à prestação de cuidados de proximidade. São serviços planeados para irem ao encontro das necessidades dos seus beneficiários.

2.6 Vítimas de violência doméstica em Portugal

2.6.1 Violência sobre as mulheres

A problemática da violência doméstica na sociedade portuguesa é idêntica à maior parte dos países do Ocidente, mas com manifestações mais tardias, devido ao contexto histórico e cultural que influenciou o Estado-providência (Pereirinha, 2008).

A partir do 25 de abril de 1974 as questões relacionadas com a igualdade de género e as oportunidades de género começaram a ser discutidas na sociedade portuguesa, contudo a legislação dos portugueses não acompanhou certas alterações (Perista e Silva, 2005).

Um dos primeiros estudos realizados sobre a violência doméstica na sociedade portuguesa foi publicado no ano de 1985 por Ana Vicente: *“Mulheres em Discurso”* e teve como principal foco os testemunhos dos profissionais que lidavam diariamente com as vítimas de violência doméstica. Os trabalhos realizados no âmbito da saúde e no trabalho social contribuíram para a visibilidade social deste fenómeno, aumentando assim uma consciencialização maior sobre o problema (Santos, 2006).

A visibilidade do problema na sociedade portuguesa é também atribuída ao investimento da Administração Central e local e de ONG’S, na melhoria do conhecimento e na evolução do apoio das mulheres vítimas de violência doméstica (Estorninho, 2006).

A interpretação deste fenómeno comprova que a violência doméstica é vista de maneira diferente no passado e no presente, passando assim de uma invisibilidade a uma consciencialização coletiva.

Recentemente a violência contra as mulheres foi considerada um crime contra os direitos humanos. Estes direitos são mais do que meras leis ou obrigações: traduzem-se na capacidade dos governos, autoridades locais e religiosas colocarem na prática o direito que cada indivíduo tem na sua vida quotidiana (Alvim, 2006).

Nas últimas décadas, também o conceito de família tem-se vindo a alterar. Nos anos 50, a família era considerada como tradicional, composta por pai, mãe e filhos, sendo o pai o responsável pelo sustento familiar e a mãe responsável pela lida doméstica. Nos dias de hoje dificilmente se encontra este estilo de família. Esta passou a ser vista como a “família moderna”, como Giddens afirma,

(...) há países em que um terço das crianças nasce fora dos casamentos, o número de pessoas a viverem sós aumentou e em países como a Escandinávia, a união de duas pessoas e o nascimento e educação dos filhos faz-se conjuntamente, mas sem que para isso, necessitem do casamento (Giddens, 2000: 62).

Segundo o relatório “Mulheres (In)visíveis” podemos observar que,

(...) ao longo dos tempos as mulheres foram vistas como seres inferiores, passivas, insuficientes, complementares, auxiliares, privadas, débeis, indefesas, perigosas, pueris, sedutoras, impuras, contagiosas, angélicas, demoníacas, etc., mas nunca até tempos mais recentes, se admitiu que pudesse partilhar a igualdade humana (Alvim, 11: 2006).

A falta de instrução da mulher devido às questões políticas e sociais, foi desfavorável. A partir da Revolução Industrial, a mulher entrou ativamente no mundo do trabalho consolidando a sua própria libertação.

A situação das mulheres em Portugal e no mundo ocidental tem vindo a melhorar progressivamente ao longo dos anos, pese embora continuem a existir situações discriminatórias, em diversos níveis da cidadania, nomeadamente ao nível dos salários. As condições de trabalho e a progressão na carreira, nos dias de hoje ainda divergem muito em relação ao homem (Alvim, 2006: 15). No entanto, torna-se notório que a maior discriminação dos dias de hoje consubstancia-se na ausência do tempo para si próprias, pois a maior parte das mulheres possui vários papéis em simultâneo: a carreira profissional, as lides domésticas, a maternidade, entre outras.

Conforme a Comissão de Igualdade e para os Direitos das Mulheres, a legislação portuguesa é igualitária e não discriminatória, o que significa que se luta para uma igualdade formal, embora ainda existam diversos pontos a ter em consideração para existir uma igualdade. Segundo Alvim, para que estes pontos comecem a ser postos em prática é necessário,

A educação para os direitos humanos e para uma nova visão dos papéis dos homens e das mulheres na nossa sociedade; A melhoria da situação das mulheres no mundo do trabalho; O incentivo à participação das mulheres na vida pública e política, como meio privilegiado de defesa dos seus interesses, aspirações e direitos; A efetiva partilha de responsabilidades familiares e profissionais entre mulheres e homens e a criação de infraestruturas de apoio a esta dupla de responsabilidades (Alvim, 2006: 15).

2.6.2 Violência sobre as crianças

A violência não tem apenas efeitos negativos sobre as vitimas mulheres. Na maior parte das vezes, o próprio agressor masculino torna-se vítima das suas ações, e mais preocupante – a existirem - os filhos acabam por assistir aos seus atos, por vezes defendendo a mãe, acabando assim por sofrerem psicologicamente, tanto no presente como futuramente (Sani, 2002).

Nos dias de hoje tomar a decisão de ter um filho é muito ponderada e consciente, não só porque um filho hoje em dia se traduz num investimento emocional e económico elevado, como porque cada vez mais se consciencializa o nascimento de uma criança como a efetiva concretização de desejo de ser pai ou mãe (Alarcão, 2002).

Encontra-se cientificamente provado que são muito importantes no crescimento da criança, os sentimentos de ser amado e desejado, uma vez que tal segurança contribui para um desenvolvimento a nível emocional.

Segundo Alarcão,

As crianças ao longo da história da humanidade têm sofrido e continuam a sofrer atos de violência que atentam contra a sua integridade física e psicológica. A família é normalmente associada à segurança e proteção das crianças, no entanto é aqui o espaço onde as mesmas crianças são alvos de vitimação quer primária quer secundária (Alarcão, 2002: 25).

As atitudes e comportamentos que as crianças presenciam no seio da família e os ambientes em que está presente a violência doméstica, acabam por ter implicações no seu desenvolvimento físico e psicológico.

Estas crianças que vivem em ambientes violentos, desenvolvem muitas vezes problemas de foro social, comportamental e emocional, podendo vir a tornar-se indivíduos que resolvem os seus problemas através da violência, caracterizando-se esta atitude como forma típica de resolução de conflitos. Na maioria das vezes estas crianças sentem-se culpabilizadas por terem estes tipos de comportamento, embora estes façam parte das suas relações familiares.

Com o avançar da idade e quando atingem a adolescência, as crianças são consideradas vítimas indiretas de violência doméstica, acabando por passar de espectadores para atores, tornando-se em vítimas diretas.

Quando a criança é utilizada por um dos elementos do casal como “arma de vingança”, acaba por não estabelecer relações saudáveis com os pais e por não possuir conhecimentos extrínsecos à vida familiar. Mais tarde, enquanto adolescente podem surgir falhas no seu desenvolvimento, acabando por fazer escolhas menos corretas para a sua vida adulta (Prieur, 1999).

A violência na família transforma o lar num local potencialmente perigoso, onde tudo é considerado como assustador e a criança está constantemente exposta a ambientes agressivos, dando a ideia que a solução para a resolução dos seus conflitos passa por atitudes agressivas, Goleman afirma que “(...) estas crianças, (...), tratam as outras como elas próprias são tratadas” (Goleman, 1997: 220).

Diversos estudos demonstram que, quando as crianças com esta história de vida são expostas a situações de sensibilidade extrema (por exemplo quando uma colega na escola se magoa) demonstram atitudes de indiferença e de frieza.

2.7. Regime Jurídico

2.7.1. Enquadramento criminal da violência doméstica

O crime é designado como um comportamento voluntário do qual resulta a violação das normas e das leis penais, sejam elas o Código Penal ou leis avulsas que pretendem a sobrevivência da sociedade “(...) como por exemplo a vida, a liberdade, a integridade física e moral, a autodeterminação sexual e a propriedade” (APAV, 2013: 8).

Segundo o Ministério Público, os crimes podem ser classificados em dois tipos:

- o crime público em que a denúncia pode ser elaborada por qualquer pessoa, bastando para tal fazer queixa junto das autoridades judiciárias ou policiais. Este processo decorre mesmo contra a vontade dos ofendidos (a violência doméstica enquadra este tipo de crime)

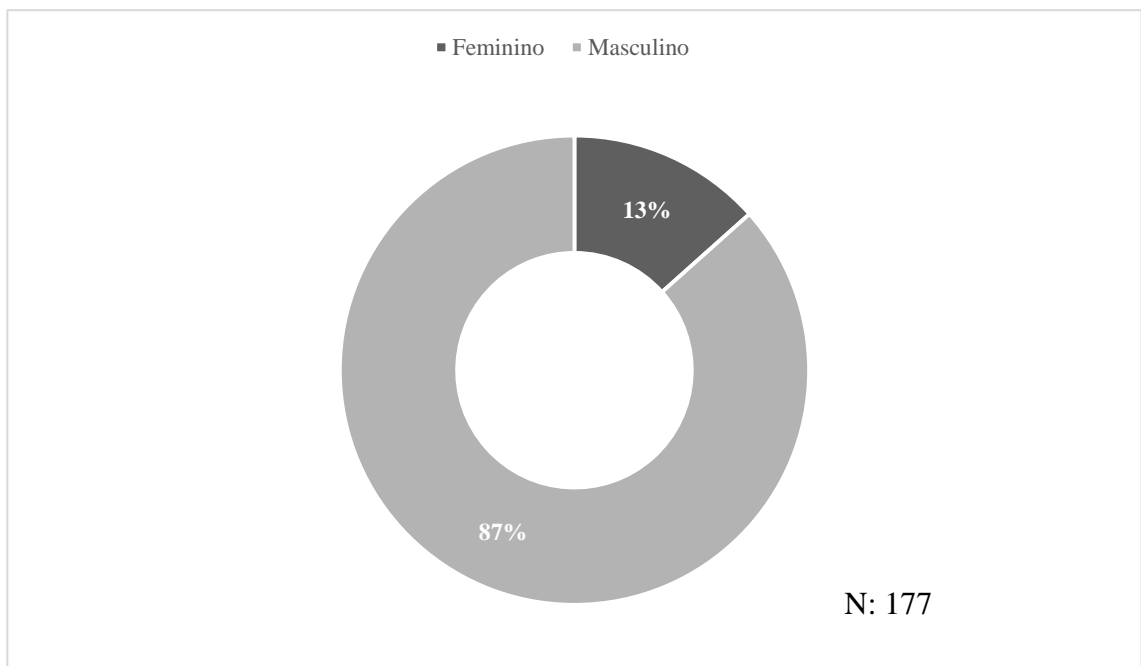
-o crime semipúblico, no qual para que decorra o processo é necessário a queixa da pessoa, nestes crimes a vítima pode desistir da queixa, neste tipo de crime pode não abrir a fase de inquérito, a violação enquadra-se neste tipo de crime.

Em Portugal, a violência doméstica insere-se como referido anteriormente no crime público, ou seja, pode ser denunciado por terceiros e não exige que seja a vítima a apresentar queixa pessoalmente. Encontra-se definido no sistema penal no artigo 152º «Violência Doméstica» do Código Penal Português, estabelecendo no seu ponto nº 1 que se define crime de violência doméstica quando uma pessoa,

“de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações de liberdade e ofensas sexuais”, ao cônjuge ou ex-cônjuge, a pessoa com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, a progenitor de descendente comum em 1.º grau, ou a pessoa particularmente indefesa que com ele coabite, sendo “(...) punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal” (Diário da República, 2007: 6188).

Como podemos verificar através da análise e leitura do Gráfico 2, a maior parte dos crimes são cometidos pelo género masculino, com uma representação gráfica de 87%. Este gráfico agrega os elementos estatísticos correspondentes ao “Autor do Crime de Violência Doméstica”.

Gráfico 2. Autor do Crime (2017)



Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas retiradas do relatório anual do GAV de Faro 2017.

III. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE ACOLHEDORA

3.1. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima:

A APAV, foi fundada no dia 25 de junho de 1990. Considerada uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), tem como objetivos promover e contribuir de forma individualizada, qualificada e humanizada o apoio a vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais (APAV, 2016).

A associação tem como principal missão apoiar todas as vítimas de crimes, as suas famílias e os seus amigos, prestando-lhe serviços de qualidade e de confidencialidade (APAV, 2005).

Encontra-se sediada em Lisboa e possui 15 gabinetes. No Algarve existem gabinetes em Albufeira, Tavira, Loulé, Portimão, Faro (APAV,2016).

3.2. Atividade

Os principais objetivos da APAV são promover a proteção e o apoio às vítimas de violência, através de atendimento personalizado e de encaminhamento para outras valências. Promove ainda apoio emocional, social, jurídico e psicológico em colaboração com entidades da administração de justiça, polícias, segurança social, saúde, autarquias locais entre outras entidades públicas e privadas (APAV,2016).

A equipa multidisciplinar da APAV, é constituída, no caso de Faro, por uma equipa composta pela assessoria técnica, uma gestora, voluntários e estagiários. A área de formação da equipa varia, entre sociólogos, psicólogos, assistentes sociais e juristas, de modo a ir ao encontro com os vários interesses que os utentes procuram na instituição (APAV,2016).

O exercício de apoio às vítimas exige um papel de competências para o bom desempenho de um serviço qualificado e humanizado, tanto de competências pessoais como técnicas, prestando apoio direto às vítimas de crime que procuram a APAV (APAV, 2016).

Para se compreender a motivação que leva as vítimas a visitarem a instituição, é realizada uma triagem de modo desenhar o diagnóstico das suas necessidades. Este processo inicia-se pelo atendimento, seguido da identificação do crime, através do contexto do discurso do utente e avaliação de risco (através de questionário) Procura-se

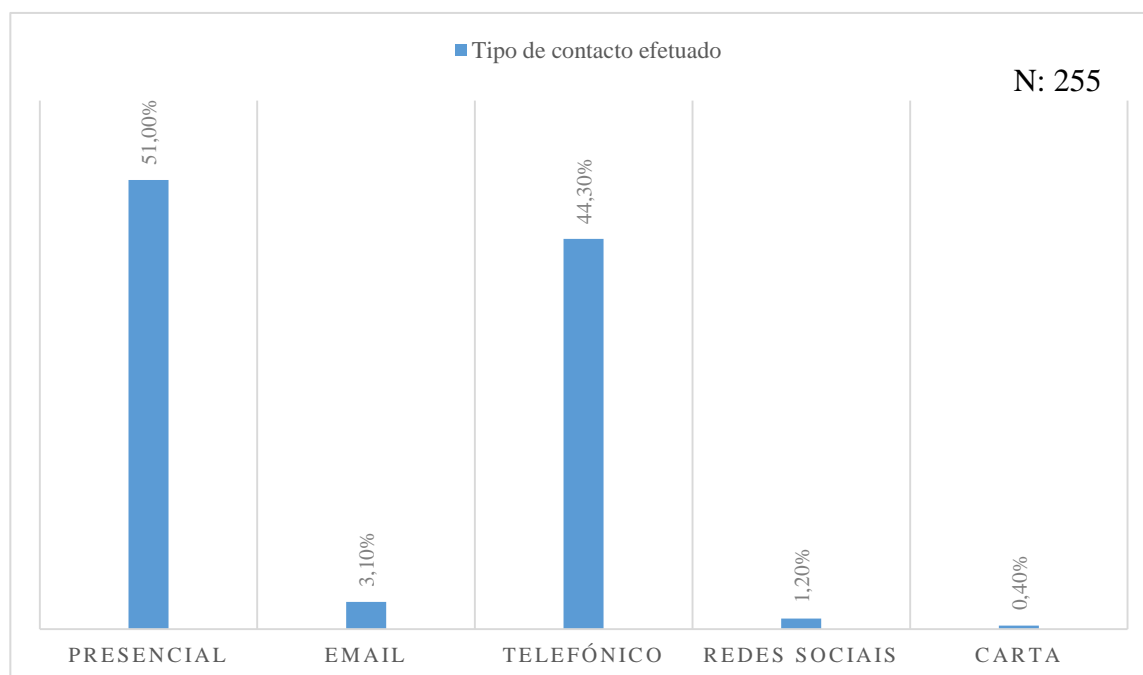
seguidamente promover a consciencialização, sobre os seus direitos definindo a necessidade ou não de proceder ao encaminhamento dos utentes, para outras instituições (APAV,2016).

3.3. Caracterização dos Beneficiários

A organização destina-se essencialmente a prestar apoio a vítimas de crime, como consta no “Manual de Procedimentos dos serviços de apoio à vítima” (2005). A vítima é definida como uma pessoa que sofre um atentado à sua integridade tanto física ou mental, sendo um sofrimento de ordem moral, ou perda material em consequência do ato de omissão violadora das leis (APAV,2016). De modo a chegar ao maior número possível de vítimas e potenciais vítimas a instituição possui diversos canais de comunicação: presencial (num dos gabinetes da APAV), email, telefone, redes sociais ou carta.

No gráfico 3 verifica-se que no GAV de Faro no ano de 2017 o contato presencial das vítimas é o que domina com 51%. É secundado pela percentagem de contato telefónico com 44,3% do email com 3,10%, das redes sociais com 1,20% e em último, surgem os contatos por carta, com a percentagem ínfima de 0,40%. (Gráfico 3).

Gráfico 3. Atendimentos segundo o tipo de contacto efetuado (2017)



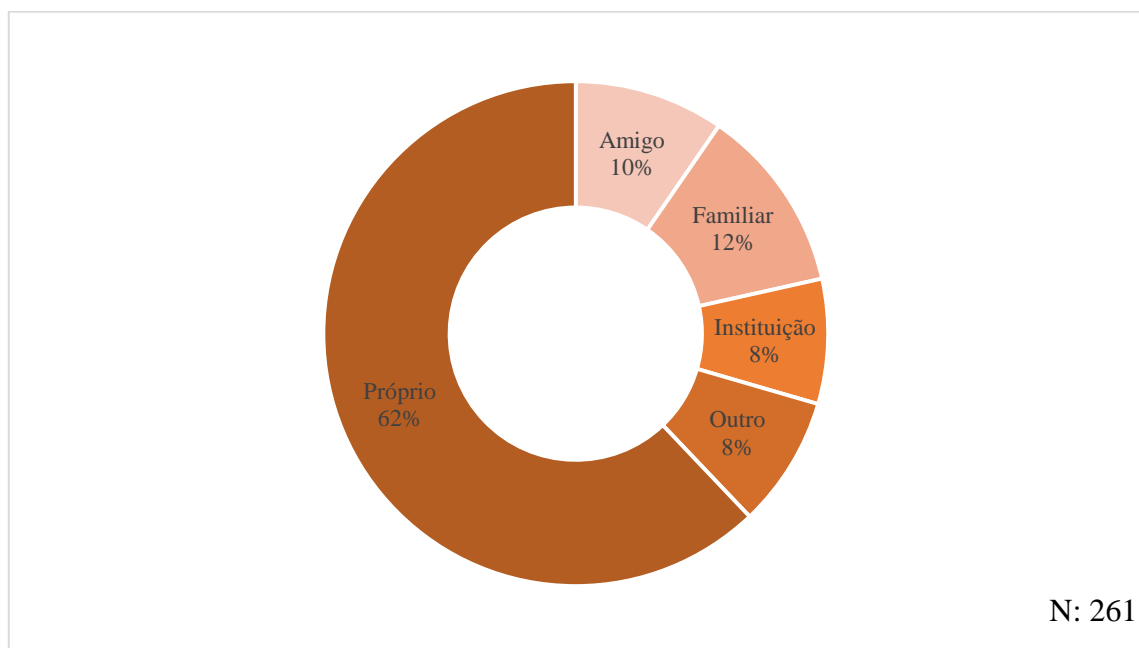
Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas retiradas do relatório anual do GAV de Faro 2017.

O contacto presencial é o mais importante apesar de que através das outras formas a vítima é encaminhada diretamente para o GAV que se encontra mais perto.

Gostaria de referir que os utentes que contactam a APAV têm diferentes expectativas quanto à instituição. Os TAV devem estar sempre atentos às expectativas de cada utente e elucidar sobre as finalidades, as possibilidades e as limitações de apoio à vítima de crime, que a APAV presta.

Outro dado importante apresenta-se no gráfico 4 e assenta nos atendimentos realizados segundo a origem do contacto. Segundo os dados de 2017, analisados no relatório anual do GAV de Faro, verifica-se que 62% do serviço de foi realizado pelos próprios beneficiários, seguindo-se os contatos dos familiares, com 12%, os contatos efetuados pelos amigos com 10% e as instituições com 8%. (Gráfico 4).

Gráfico 4. Atendimentos realizados segundo a origem do contacto (2017)



Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas retiradas do relatório anual do GAV de Faro 2017.

Outro fator importante sublinhar prende-se com o facto de que existem diversas categorias de uvisitantes que procuram a APAV, pelo que também serão adaptados casuisticamente os procedimentos que os TAV devem cumprir:

O gabinete recebe visitas de utentes que não foram vítimas de crime e que contactam a instituição, por exemplo, pessoas com problemáticas de foro médico ou

psiquiátrico (por exemplo doentes de esquizofrenia), igualmente os agressores poderão tentar buscar informação sobre as vítimas, “por exemplo cônjuges companheiros de mulheres vítimas de violência doméstica e/ou agressores de criança vítimas de crimes sexuais, que por vezes se se fazem passar por profissionais ou amigos das vítimas” (APAV, 2005: 59). Ter-se-á de ter em consideração também a categoria das pseudovítimas, indivíduos que tentam burlar a instituição, inventando uma história e solicitando apoio monetário, ou os utentes que solicitam informação que transcenda o âmbito da APAV (por exemplo utente que precisam de aconselhamento jurídico).

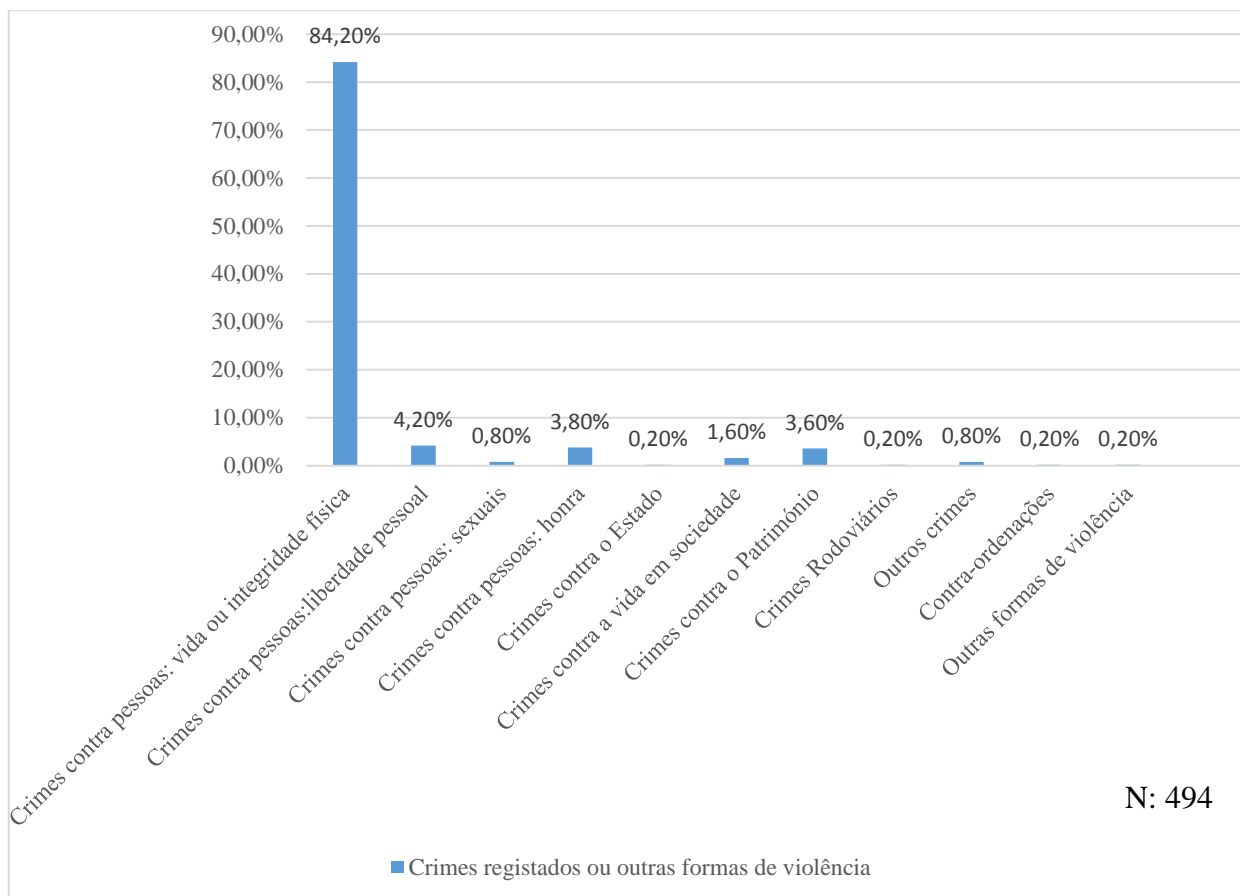
Por entre este universo eclético, as verdadeiras vítimas não se consideram como tal, mas que na realidade são,

Mulheres que são vítimas de violência doméstica e/ou crimes sexuais por parte do cônjuge ou companheiro e desconhecem que a lei os considera crime (por exemplo, uma mulher contacta a APAV e pergunta que as vítimas são apoiadas nos seus serviços; quando informada, desculpa-se do seu contacto e diz não ser vítima de crime, revelando, contudo, que o seu marido se embriaga e lhe bate muito (APAV, 2005: 60).

Por fim, não se poderá deixar de mencionar outra categoria fulcral: os terceiros que possuem o conhecimento de que alguém é vítima de crime e contactam a instituição, como por exemplo, vizinhos das vítimas, colegas de escola ou de trabalho ou profissionais de outras valências ou entidades.

Através da interpretação do gráfico 5 podemos concluir que no ano de 2017, 84,20% pessoas foram vítimas de crimes, tendo estes como génese, os maus tratos físicos ou psicológicos. (Gráfico 5).

Gráfico 5. Crimes registados ou outras formas de violência por tipo de crimes (2017)



Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas retiradas do relatório anual do GAV de Faro 2017.

3.4. Estrutura

O GAV dispõe de três tipos de TAV que prestam diversos apoios: o apoio social, o apoio psicológico e o apoio jurídico.

O Apoio Social na instituição é prestado essencialmente por Sociólogos, Educadores Sociais, entre outros profissionais. É realizada uma intervenção personalizada dirigida essencialmente às vítimas de crime. Nestas situações, o trabalhador social tem de possuir uma qualificação técnica para identificar as variáveis para compreender os problemas sociais, utilizar uma intervenção e desenvolver o papel de mediador (APAV,2016).

Este apoio social é feito em três fases: a primeira fase é denominada “Estudo do problema”, a segunda é o “Diagnóstico do problema” e a terceira é o “Tratamento do problema”, sendo as duas primeiras fases as mais importantes para o sucesso da intervenção.

O diagnóstico é elaborado na base de informação do primeiro atendimento, sofrendo os reajustes necessários ao longo do processo, quer em função de novos elementos, quer em função da evolução e dos papéis da vítima (APAV,2016).

A intervenção incide na situação relacional, social e institucional das vítimas, atendendo às suas necessidades. Nestes termos, deve-se esclarecer a vítima desde o início do processo de apoio, sobre qual o seu papel e quais as soluções para o seu problema. É fundamental afastar as suas limitações no âmbito do processo, pois a vítima poderá ser mal interpretada e recusar a ajuda da instituição originando sentimentos de revolta. Torna-se assim importante clarificar o seu papel e dos agentes sociais envolvidos.

O processo de apoio psicológico inicia-se com uma entrevista clínica que tem por base “uma avaliação do sujeito com o único objeto de estipular um trabalho que sirva as suas necessidades” (APAV, 2005: 101). Os psicólogos pretendem recolher dados do indivíduo, a partir das técnicas de diagnósticas apropriadas, iniciando assim o processo terapêutico.

Esta entrevista tem como principais objetivos estabelecer uma boa relação terapêutica com a vítima. O psicólogo pode recorrer a diversas técnicas, designadamente o questionamento (perguntas fechadas), ou a confrontação (compara conteúdos discrepantes para esclarecer dúvidas do TAV). Este tipo de apoio pretende sobretudo que a vítima melhore os seus sintomas, reduza o desconforto e comportamentos disfuncionais.

Estas entrevistas podem-se realizar em sessões semanais ou quinzenais.

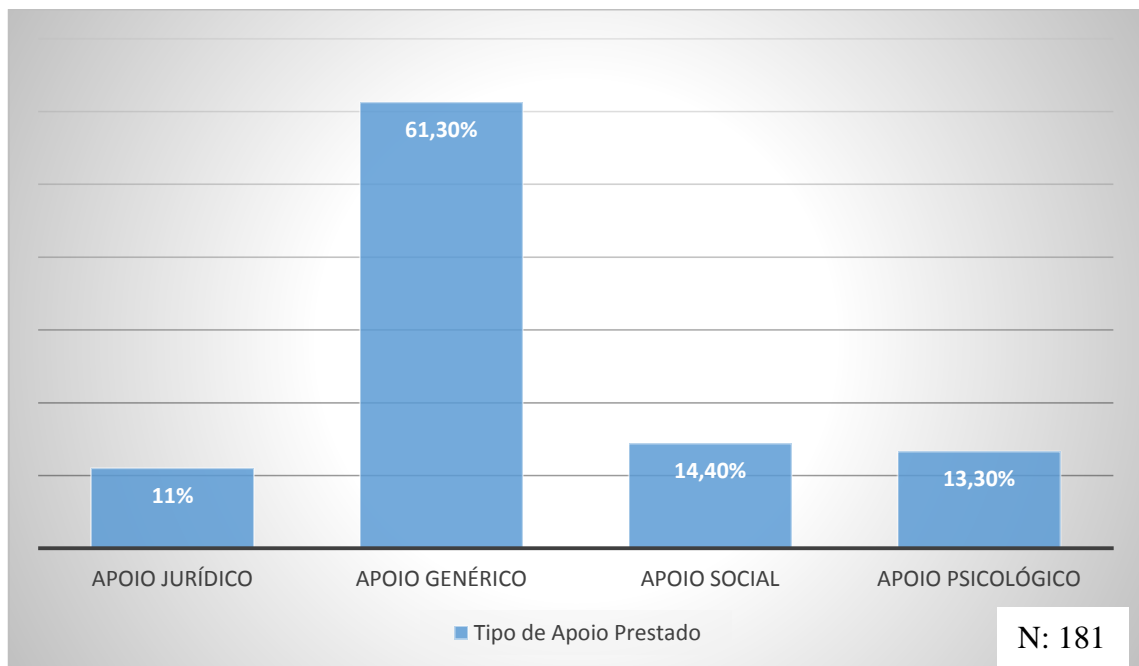
Importa esclarecer que o processo psicológico decorre sequencialmente em três fases: a fase inicial, a fase de desenvolvimento e a fase final do processo em que se pretende rever e relembrar ao utente os objetivos atingidos.

Através do apoio jurídico, pretende-se informar as vítimas sobre os seus direitos, e sobre as diversas etapas dos processos judiciais “designadamente o processo criminal, ou eventualmente até a propositura de ação de divórcio, ou mesmo a regulação do poder paternal, entre outros” (APAV, 2005: 121). Este processo pretende auxiliar a vítima a instruir e propor judicialmente as ações que se considerem necessárias (quando não existe a necessidade de advogado), e ainda acompanhar a vítima na apresentação de requerimento de apoio judiciário, elaboração de queixas ou denúncias junto das entidades competentes.

Da análise efetuada ao Gráfico 6 constata-se que o apoio predominante no ano 2017 no GAV de Faro foi de apoio genérico com 61,30% atendimentos, seguindo-se do

apoio social com 14,40%, o apoio psicológico com 13,30% e o apoio jurídico com 11% atendimentos.

Gráfico 6. Atendimento segundo o tipo de apoio prestado (2017)



Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas retiradas do relatório anual do GAV de Faro 2017.

IV. DESCRIÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS AO LONGO DO ESTÁGIO

4.1. Formações

Antes de iniciar qualquer tipo de atividade na APAV, realizamos uma formação denominada de “*Curso de formação de técnicos de apoio à vítima*” - *Nível Básico*¹, que decorreu nas instalações da instituição em Faro, do dia de 29 de setembro a 10 de novembro de 2017, num total de 90 horas.

O objetivo geral da formação consistiu em dar aos formandos competências para efetuar atendimentos às vítimas, respeitando sempre os procedimentos e normas em vigor na instituição

Os conteúdos programáticos foram diversos e abrangentes e encontravam-se divididos em diversos os módulos. Abordaram-se os tipos de apoio prestado pela APAV, o conceito de violência doméstica. Desenvolveu-se o tema da violência nos idosos e os modelos específicos em que cada técnico teria formação na sua área. No caso concreto, este correspondia ao módulo de apoio social, onde se elaboraram estudos de casos, sendo apresentadas aos grupos situações nas quais estes teriam de trabalhar e expor-diversas soluções para cada caso (sistema de simulações *Role Play*, reflexões e discussões).

Foram ainda discutidos os temas da violência nas crianças e os crimes patrimoniais proporcionando aos técnicos uma preparação teórica relevante no contato com os utentes.

No final do curso os formandos encontravam-se habilitados a reconhecer o enquadramento estrutural e funcional da APAV, reconhecer de forma correta o fenómeno da violência doméstica, definir a missão principal do trabalhador social e distinguir os diferentes apoios prestados pela APAV.

Frequentou-se ainda outra formação: “*Gestão e avaliação do grau de risco*”² que decorreu no dia 11 de maio de 2018. Teve como principais objetivos aprofundar a temática da avaliação do grau de risco referente essencialmente para as mulheres vítimas de violência em relações heterossexuais. No final da formação, os formandos deveriam estar capacitados para identificar sem erros, os objetivos principais da aplicação da avaliação de grau de risco.

¹ Apêndice nº11.

² Apêndice nº12.

4.2. Atendimentos

Para além das diversas atividades realizadas ao longo de todo o estágio curricular, efetuaram-se atendimentos aos utentes. Estes consistiram em três tipos: atendimento presencial, telefónico e por via email. Devido à sua natureza, existem diversos procedimentos tipo a aprender embora o objetivo final do atendimento seja sempre personalizado e ajustado às necessidades do beneficiário e à sua segurança.

Embora o percurso de vida de cada um dos utentes seja diferente, existem diversas características comuns, referentes aos maus tratos envolvidos: o tipo de conflito e agressão física e psicológica, acabam por ser semelhantes umas às outras.

Neste estágio curricular foram efetuados cerca de 150 atendimentos (triagens) quer presencialmente, telefonicamente ou via e-mail, todos apresentando diversos tipos de problemáticas desde assaltos, burlas, violência e/ou negligências. A grande maioria dos atendimentos aborda a problemática da violência doméstica.

Relativamente a esta problemática, na maioria dos casos são mulheres vítimas de violência doméstica, com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos. A sua fase de namoro foi curta, não permitindo assim um conhecimento das características individuais do parceiro que inicialmente não manifestaram comportamentos agressivos, nem o consumo de álcool ou de estupefacientes sendo posteriormente fatores desencadeadores das agressões, tratando-se do motivo fundamental para a existência de violência familiar. Constata-se ainda que a maioria das vítimas tem filhos e estão empregadas. No entanto, o seu cônjuge está desempregado e consome álcool ou estupefacientes.

Os filhos são as principais vítimas indiretas. Assistem a situações do ambiente familiar, podendo desenvolver problemas futuros de ordem social, comportamental, afetiva ou emocional. Por norma quando existe um filho mais velho este acaba por proteger a sua mãe defendendo-a e revoltando-se contra o seu pai, ponderando muitas das vezes as decisões da vítima em sair de casa.

No âmbito de vítimas de violência doméstica e quando o atendimento é presencial, o técnico primeiramente ouve atentamente a vítima, de seguida realiza a sua avaliação de grau de risco, numa escala de 8 a 18 valores (vai de risco moderado a risco extremo), seguidamente aconselha a vítima a fazer queixa (GNR, PSP ou Ministério Público). Se a utente tiver baixos rendimentos é possível auxiliar, dando apoio no preenchimento do requerimento a entregar nos serviços da Segurança Social. Caso se comprove que a vítima se encontra abrangida por insuficiência económica, poderá, se assim o requerer, ver

deferido o seu pedido de proteção jurídica, a qual engloba a dispensa de taxas de justiça e demais encargos com o processo, e caso assim o requeira, o pagamento e nomeação de patrono por parte da Ordem dos Advogados.

Por fim, o TAV fornece as regras básicas de segurança e elabora um plano de segurança à utente, consoante for o seu caso (eliminar as suas contas nas redes sociais e alterar o número de telemóvel, são alguns dos exemplos).

Se os atendimentos forem efetuados via telefone ou via-email, o TAV canaliza o utente para a valência adequada, considerando a natureza do contato. Por telefone também existe uma avaliação de grau de risco, apesar de ser mais pequena, o profissional sensibiliza a utente a dirigir-se à instituição, para um atendimento presencial.

4.3. Atividades realizadas no exterior da instituição

A instituição foi convidada por diversos organismos para realizar e participar em eventos e ações de sensibilização. Uma das sessões decorreu na Associação Cultural de Apoio Social (ACASO), onde se abordou a temática dos crimes patrimoniais e da violência doméstica. Ao abrigo da representação institucional, tivemos contacto com algumas histórias de vida de mulheres que de momento se encontram acolhidas nas instituições.

Realizaram-se ainda sessões de sensibilização e prevenção primária nas escolas secundárias sobre a temática da violência no namoro, nas quais a APAV deu a conhecer a sua missão objectivo e valore e promoveu debates onde os professores e os alunos colocaram as suas dúvidas e opiniões relativamente a esta temática.

Uma das conclusões retiradas desta interação em ambiente escolar prende-se com a própria ação dos alunos face a situações de violência no namoro. Na realidade apurou-se que, quando acontece algum caso que se poderá enquadrar numa situação problemática ou violenta, os alunos tentam resolver primeiramente com os pais/professores, não se dirigindo à instituição.

V. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

5.1. *Tipo de estudo*

No que respeita ao objeto de estudo, centramo-nos na análise de intervenção dos técnicos no âmbito da violência doméstica e a sua influência na construção de novos projetos de vida.

Este estudo é de carácter qualitativo, uma vez que se torna necessário caracterizar a instituição, privilegiando a compreensão do perfil das intervenções, dos comportamentos e atitudes, elementos estes que não podem ser quantificados, nem encarados como números porquanto se tornaria impossível calcular média e medianas em sentimentos.

Cada indivíduo possui opiniões distintas, modos de entender o que o rodeia consoante a sua realidade social, atribuindo significados e simbologias distintas. Nestes termos é fundamental o investigador apreender o significado que cada entrevistado atribui às suas afirmações,

A nível conceptual, o objeto de estudo na investigação não são os comportamentos, mas as intenções e situações. Ou seja, trata-se de investigar ideias, de descobrir significados nas ações dos indivíduos e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo (Coutinho, 2011: 26).

5.2. *Pergunta de partida e modelo de análise*

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), para a formulação de uma boa pergunta de partida, esta deve ser precisa, unívoca, concisa e realista. Segundo os autores, a pergunta de partida é o que orienta os objetos de estudo. Assim sendo, a questão de partida mais coerente neste estudo é: «Em que medida a intervenção dos técnicos de apoio contribui na construção de novos projetos de vida no fenómeno da violência doméstica?»

Segundo Quivy e Campenhoudt,

(...) o modelo de análise é composto por conceitos e hipóteses que estão estritamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente e unificado. Sem este esforço de coerência, a investigação dispersar-se-ia em várias direções e o investigador depressa se veria incapaz de estruturar o seu trabalho (Quivy e Campenhoudt, 1998: 59).

O tema central desta investigação incide sobre a intervenção dos técnicos do gabinete de Faro da APAV na construção de novos projetos de vida para as vítimas de violência doméstica, sendo as dimensões mais importantes a estudar são: o comportamento da vítima, o contexto social, o tipo de apoio/intervenção na violência doméstica e as características do profissional no apoio às vítimas de violência doméstica.

Tabela 1. Modelo de Análise

Conceitos:	Dimensões:	Indicadores:
Violência doméstica.	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento da vítima. 	<ul style="list-style-type: none"> - Percurso de vida. - Causa do silêncio; - Não apresentação de queixa.
	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interação social do fenómeno.
Intervenção social na violência doméstica.	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de apoio/intervenção na violência doméstica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio Social. - Apoio Jurídico. - Apoio Psicológico. - Apoio Genérico.
	<ul style="list-style-type: none"> • Características do profissional no apoio às vítimas de violência doméstica. 	<ul style="list-style-type: none"> - O papel do profissional; - Capacidades e competências; - Atuação e concretização.

Os conceitos principais neste estudo são: a violência doméstica e a intervenção social na violência doméstica.

No que respeita à violência doméstica como referido anteriormente segundo o sistema penal no artigo 152º do Código Penal Português, no ponto nº 1 define-se crime de violência doméstica, o ato que permite,

De modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações de liberdade e ofensas sexuais”, ao cônjuge ou ex-cônjuge, a pessoa com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, a progenitor de descendente comum em 1.º grau, ou a pessoa particularmente indefesa que com ele coabite, sendo (...) punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal (Diário da República, 2007: 6188).

As dimensões importantes a investigar consoante este conceito são: perceber os comportamentos da vítima, resultando em indicadores desde o seu percurso de vida, como às principais causas do silêncio e a não apresentação de queixa

No que respeita à dimensão do contexto social, o indicador a investigar é a interação social deste fenómeno. Segundo Erving Goffman é através da interação social que transforma o processo de comunicação entre o dia-a-dia dos atores, sendo que estes acabam por representar um papel de acordo com o seu sistema de valores determinando assim o seu comportamento.

Outro conceito a investigar remete para a intervenção social na problemática da violência doméstica, verificando-se o tipo de apoio/intervenção feita pelos técnicos de apoio à vítima, nomeadamente quais os tipos de apoios em que os técnicos se baseiam para ajudar a vítima. Na última dimensão investigam-se as características do profissional no apoio às vítimas de violência doméstica em que surge o papel do profissional, as capacidades e competências e a atuação e a concretização do processo, segundo Rodrigues,

Esta garantia pode ser concretizada no processo de reconfiguração do seu projeto de vida, no acesso aos seus direitos sociais, na vivência da sua cidadania. O caminho para esta garantia é a construção das redes sociais da usuária, competindo aos profissionais a mediação destas relações com as redes (Rodrigues, 2012: 39).

5.3. Recolha de dados

5.3. 1 Pesquisa bibliográfica

De forma a elaborar o presente relatório, solidificando o estudo e pesquisa efetuados durante a investigação, recorrem-se a diversas técnicas de pesquisa de informação.

Primeiramente procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica que consiste numa análise e recolha de informação, transcrita em obras escritas e publicadas sobre a temática. Deste modo, foi possível numa fase posterior e sequencial, conhecer diversas opiniões e reflexões de vastos autores especializados nesta área.

5.3.2 Entrevista semiestruturada

No que concerne à recolha de dados, a técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada. Esta técnica permite-nos entrevistar um grupo de indivíduos relativamente pequeno e também permite ao inquirido ter uma abertura para responder não só ao que é perguntado, como também fornecer-nos elementos que não estando no guião podem conduzir a uma maior probabilidade de encontrar várias variáveis.

Para uma boa análise de estudo foi selecionado o tipo de entrevista estruturada, foram elaborados dois guiões de entrevistas³ (para os técnicos e para as vítimas).

O guião dos técnicos foi dividido em duas partes: A primeira referente à violência doméstica, tendo sido solicitado ao entrevistado que se pronunciava no que diz respeito a esse assunto. A segunda parte agrega e analisa os dados do entrevistado: a sua idade, escolaridade, área de formação e o seu sexo.

Foram realizadas quatro entrevistas aos técnicos de apoio à vítima GAV de Faro: três técnicos da área da psicologia e um técnico da área social, desta forma poder-se-á entender melhor os diversos métodos de trabalho e intervenção dos técnicos, consoante a sua área.

Tabela 2. Entrevista semiestruturada a técnicos

Bloco da entrevista	Categorias	Objetivos específicos da entrevista
Bloco I. Procedimentos da entrevista		- Procedimentos da entrevista e motivar o entrevistado, informando-o sobre os contextos e os objetivos da investigação garantindo-lhe o anonimato e a confidencialidade da informação.
Bloco II. Caracterização do serviço	<ul style="list-style-type: none">- Tipo de serviço que faz o entrevistado.- Quais as ajudas e os conselhos que o entrevistado dá às vítimas- Qual o papel dos técnicos nas decisões das vítimas.	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer o tipo de trabalho que o técnico de apoio à vítima faz.- Impacto do trabalho do técnico na vida das vítimas.
Bloco III. O entrevistado	<ul style="list-style-type: none">- Dados biográficos do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer a formação académica do entrevistado.- Conhecer a área de formação.

³ Apêndice 1 e apêndice 6.

Foram realizadas quatro entrevistas a mulheres vítimas de violência doméstica, que anteriormente tinham realizado o primeiro atendimento, obtendo informações detalhadas de como é realizada a intervenção da instituição e dos técnicos que as apoiaram. As entrevistas foram selecionadas aleatoriamente identificando-se os sujeitos como Vítima A, Vítima B, Vítima C e Vítima D. As entrevistas foram gravadas com o pedido de autorização e foram transcritas diretamente para o computador de forma fiel e integral.

O guião das mulheres vítimas de violência doméstica dividiu-se em três partes.

A primeira parte diz respeito à relação com o agressor e à sua história de vida, sendo que uma das questões mencionadas foi “Como foi o seu percurso de vida até conhecer o agressor?”.

A segunda parte diz respeito aos episódios de violência doméstica, em que a entrevistada se pronuncia sobre o conceito e sobre a ajuda que os técnicos de apoio prestaram. Uma das questões referidas nessa parte é “A intervenção dos técnicos, pode conduzir as vítimas a tomarem alguma decisão?”.

A terceira parte diz respeito ao entrevistado e aos seus dados biográficos: a sua idade, o estado civil, a sua profissão, a sua coorganização familiar.

Tabela 3. Entrevista semiestruturada às pessoas vítimas de violência doméstica.

Bloco da entrevista	Categorias	Objetivos específicos da entrevista
Bloco I. Procedimentos da entrevista		- Procedimentos da entrevista e motivar o entrevistado, informando-o sobre os contextos e os objetivos da investigação garantindo-lhe o anonimato e a confidencialidade da informação.
Bloco II. Relação com o agressor/ história de vida	<ul style="list-style-type: none"> - História de vida da vítima. - Os episódios de violência. - Tipo de relação com o marido e os filhos. - Saber se na família do marido já existe casos de violência doméstica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o tipo de relação que as vítimas têm com o seu marido/companheiro. - Conhecer os momentos de vida da vítima. - Saber se os filhos presenciaram esses momentos e se são vítimas também.

		- Se tinha a noção da situação que estava a passar.
Bloco III. Relação Institucional	- Como conheceu a instituição. - De que forma é que a instituição tem ajudado a vítima.	- Como é que a instituição tem ajudado e se tem influenciado nas decisões. - Se a situação da vítima já está regularizada.
Bloco IV. O entrevistado	Dados biográficos do entrevistado.	- Idade. - Estado Civil. - Escolaridade. - Coorganização familiar.

VI. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E REFLEXÃO DOS RESULTADOS

6.1. Análise de conteúdo das entrevistas aos técnicos

Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, a técnicos que efetuam o acompanhamento às vítimas de violência doméstica

Em seguida apresentam-se, na tabela 4 a caracterização das habilitações literárias dos técnicos entrevistados:

Tabela 4. Caracterização dos quatro técnicos entrevistados.

	Técnico 1	Técnico 2	Técnico 3	Técnico 4
Formação académica	Licenciatura em Educação Social	Mestrado em Psicologia Clínica	Mestrado em Psicologia Clínica	Mestrado em Psicologia Clínica

Para uma melhor compreensão do conteúdo das entrevistas foram definidas temáticas que se pretendiam ver ali retratadas. Foi organizada uma tabela conclusiva de acordo com as respostas dos entrevistados, ou seja, baseada no motivo principal que leva os indivíduos a recorrer ao gabinete, a queixa, o pedido de apoio, as influências dos técnicos, o papel dos técnicos entre outros, apresentada na tabela 5.

Tabela 5. Principais conclusões das entrevistas realizadas aos técnicos.

Temáticas	Técnico 1	Técnico 2	Técnico 3	Técnico 4
Principal motivação das vítimas recorrer ao gabinete	- Procura de apoio; -Esclarecimento de informações.	- Procuram ajuda para os maridos.	- Por situações de violência doméstica.	- Devido ao impacto da violência doméstica.
Violência = Crime	- Na maioria não reconhecem que são vítimas de violência doméstica.	- A maioria das vítimas vivem na ilusão dos filhos e tentam aguentar ao máximo viver nesta situação.	- A maioria sabe que são vítimas de violência doméstica.	- Sabem que são vítimas de violência, mas depende de diversas variantes.
A Queixa	- Ainda não desistiram da relação.	- Acham que as coisas vão melhorar	- Sentem medo.	- Sentem medo e represálias.

		e tentam dar outra hipótese.,		
A Resposta	- Milagres.	- Ajuda para ele.	- Acalmar-se; -Arranjar soluções; -Arranjar respostas.	- Pedem opinião.
Decisões delas	- Apoiar nas diversas decisões; - Arranjar um plano para situações de risco.	- Não influenciam nas decisões das vítimas.	- Avaliam as diversas dimensões.	- Tentam ser o mais neutro possível.

Dos resultados efetuados às entrevistas realizadas aos TAV, conclui-se que a opinião é unânime, no que diz respeito à motivação das vítimas para se dirigirem ao gabinete: praticamente todas vêm pedir apoio e desabafar.

No que concerne à identificação e tipificação do crime de violência doméstica, constata-se que duas das técnicas entrevistadas tendem à identificação de existência e preenchimento da tipologia do crime enquanto outras duas entrevistadas entendem que a vítima não se identifica como criminalmente ofendida.

De acordo com o Técnico 1 “(...) algumas não reconhecem que estão sendo vítimas de um crime. Querem determinado apoio para mudar a situação, sentem-se mal naquele ambiente, vêm com expectativas completamente iludidas em relação ao processo de que nós podemos intervir e falar, fazer de certa forma o papel de mediador (...)”. Já a Técnica 2 com o Mestrado em Psicologia Clínica afirma que “ (...) ela pensa que consegue gerir já dominar o ambiente, ou seja, ela vem logo com aquela coisa, “para a próxima eu já sei, por isso já não vou fazer por isso”, e como ainda há este sentimento que ainda amam “que está ali o amor porque foi o que eu escolhi, porque é o meu marido, porque é o pai dos meus filhos e não vou separá-lo dos meus filhos não vou fazer isso aos meus filhos”, e então ao manter como desculpa para manter a relação (...)”.

Ao se proceder à análise dos motivos pela qual as vítimas não apresentam queixa, entende-se que a principal resposta dos técnicos é o “medo”, “as represálias”, “os filhos”. Podemos observar através dos seguintes excertos: “A principal é o medo, o medo do que eles vão fazer, ok”, “(...) e mete medo...assusta (...)”, “(...) Quando há situações muito graves que atingem os filhos, normalmente enquanto só atingem a elas, consideram-se

elas únicas atingidas...Os miúdos já vêm, os miúdos ouvem, mas elas vivem na ilusão que os miúdos estão salvos da violência e que aquilo é só para elas.

No entanto o Técnico 1 menciona outros aspetos, como: “(...) realmente ainda não desistiram daquela relação, gostam muito do marido, não gostam do comportamento dele, mas gostam muito do marido, amam-no, e não querem desistir da relação querem que ele mude, isso é a primeira, outras tem a ver com muitas vezes as alternativas que não as satisfazem, ou seja, deixar tudo (...)”.

Relativamente ao tipo de respostas nota-se que todos os técnicos partilham das mesmas opiniões no que diz respeito ao à problemática “ (...) informá-las para podermos encaminhar devidamente, informá-las dos direitos que muitas vêm com ideias deturpadas do abandono de lares do perder os direitos, de perder os filhos, que lhes vão roubar os filhos, que deixam de ter direito aos filhos, que saem de casa deixam de ter direitos, ou seja, há todo um esclarecimento a nível da lei, da situação dela, onde ela se enquadra e depois para podermos então aconselhar quais são os passos mais certos a fazer”.

No que refere às decisões das vítimas, os técnicos sublinham a necessidade de respeitar todas as decisões que as vítimas tomam. Fundamental ainda manter uma posição neutra ao nível decisório, tal como refere o Técnico 3 “(...) Devemos ter uma posição neutra, porque podem vir pessoas de várias religiões, culturas e não podemos julgar, não estamos aqui para julgar, estamos aqui para aceitar e tentar dentro do quadro, do contexto que aquela pessoa vem entendê-lo e achar respostas, dentro daquele contexto (...)”.

Para os quatro técnicos entrevistados, a opção da retirada das vítimas da própria casa é no fundo tirar-lhes o mundo delas. A intervenção dos técnicos centra-se sobretudo na proteção da vítima, pelo que afastá-la do seu espaço, acaba por a penalizar, como nos diz o Técnico 1 “(...) É sempre uma última situação, eu não aconselho a ninguém, porque temos que esgotar as outras todas alternativas. A casa abrigo é o mal menor quer dizer não estou a falar mal das casas abrigo, mas não é a nossa casa, as pessoas são retiradas do seu ambiente conhecido e são colocadas e têm que se integrar num ambiente completamente desconhecido (...)”. O Técnico 2 tem a mesma opinião “(...) a adaptação não é fácil... Sair de casa, deixar tudo, depende também da idade dos filhos as casas abrigo e os centros de acolhimento só recebem as crianças até aos doze, treze, catorze acho que subiu agora para catorze... pronto. Ou seja, são catorze se for meninas, se for meninos ainda é mais, maior o entrave (...)”. No entanto, o Técnico 4, acaba por ter uma opinião oposta “(...) eu acho que elas vão como uma alternativa e vão seguras, é uma alternativa para elas que consideram positiva, muitas vezes acho que depois existe um

conflito entre elas é fácil entrarem em conflito, mas isso tem a ver com o espaço, pois partilham quartos com filhos, mas isso já é outro âmbito, mas o feedback tem sido positivo”.

6.2 Análise de conteúdo das entrevistas às vítimas

Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, a pessoas vítimas de violência doméstica que estiveram em acompanhamento no GAV de Faro. As entrevistadas foram identificadas pela Vítima A, Vítima B, Vítima C e Vítima D. Estas entrevistas foram gravadas com autorização e transcritas de forma integral e fiel.

Em seguida, apresentam-se diversos dados que caracterizam as quatro vítimas de violência doméstica.

Tabela 6. Caracterização das vítimas de violência doméstica.

	Vítima A	Vítima B	Vítima C	Vítima D
Idade	42 Anos	41 Anos	51 Anos	60 Anos
Estado Civil	Divorciada	Divorciada	Divorciada	Divorciada
Escolaridade	9º Ano	12º Ano	6º Ano	4º Ano
Profissão	Repositora	Café	Supermercado	Papelaria
Filhos	2 Filhos	2 Filhos	2 Filhos	2 Filhas
Agregado Familiar	Vive com o filho mais novo	Vive com os 2 filhos	Vive sozinha	Pai Mãe 2 Filhas

Em seguida, para uma melhor interpretação dos dados, construiu-se a tabela 7 com diversas temáticas e conclusões das entrevistas realizadas às pessoas vítimas de violência doméstica. A tabela foi organizada tendo por base de trabalho as diversas problemáticas, desde a sua infância até à atualidade.

Tabela 7. Principais conclusões das entrevistas realizadas às pessoas vítimas de violência doméstica.

Problemáticas	Vítima A	Vítima B	Vítima C	Vítima D
Percurso de vida	- Casou-se com outro homem que nasceu uma filha, mais tarde juntou-se com outro homem que nasceu outro filho.	- Conheceu o ex-marido quando este começou a trabalhar em Olhão; - Começou a integrar-se com o grupo de amigos da vítima.	- Conheceu quando arranjou trabalho; - Queria deixar a casa dos pais.	- Conheceu o seu ex-marido e juntou-se logo com ele.
Relação com o agressor	- Não tem nenhum tipo de relação com o ex-marido.	- Não tem nenhum tipo de relação com o ex-marido e a sua família.	- O ex-marido não sabe da vítima.	- Não tem nenhum tipo de contacto com o ex-marido.

Filhos	- O filho mais novo sempre viveu no ambiente de violência; - O ex-marido fazia questão de lhe bater à frente das crianças.	- As filhas não têm qualquer tipo de relacionamento com o pai.	- Os filhos não têm qualquer tipo de relacionamento com o pai.	- O ex-marido não liga aos filhos.
1º Episódio de violência doméstica	- Quando estava grávida do seu filho.	- Quando teve um acidente.	- Não se conheceram e juntaram-se logo.	- Após o nascimento da filha.
Pedido de Apoio	- Pediu primeiramente ajuda a uma amiga.	- Pediu ajuda à prima.	- Veio para casa de uma amiga em Faro.	- Através da polícia.
Tipos de apoio	- Apoio psicológico; - Apoio social.	- Apoio psicológico.	- Apoio psicológico; - Apoio jurídico.	- Apoio psicológico.
O que fez manter na relação	- Filhos.	- Tinha sentimentos pelo marido; - Não se queria divorciar mais uma vez.	- Filhos; - O medo.	- Pensava que ele a amava.
O que é a violência doméstica	- Acham que elas são um “objeto” pertencentes deles.	- As mulheres pensam sempre que as coisas mudam.	- Desrespeito pelo próximo.	- Foi os episódios que viveu.
Projeto de vida	- Arranjou casa e emprego.	- Arranjou casa e emprego.	Arranjou casa e trabalho.	- Foi viver com os seus pais.

Face ao supra elencado, conclui-se que, consoante o seu percurso de vida, todas as vítimas viviam em casa dos pais antes de iniciarem a sua vida conjugal. A vítima A e B já tinham vivido uma relação anterior. As entrevistadas referem que na altura tinham uma má relação com os seus pais. A Vítima C desabafa que “o meu pai sempre bateu na minha mãe e eu era uma rapariga rebelde (...)” e a Vítima D informa que “(...) Vivia com os meus pais, andava na escola, pois era estudante, mas chegou uma altura que decidi que não quis estudar mais, pois fui contra a ideia dos meus pais, era muito nova e queria trabalhar, também naquela altura não estudávamos até muito tempo... então apaixonei-me pelo meu ex-marido e decidi sair de casa, contra a vontade dos meus pais(...)”.

Relativamente à relação com o agressor, nenhuma das vítimas mantém qualquer tipo de contato com o seu ex-marido.

Quando se referem aos filhos, praticamente todas as vítimas mencionam que sentem uma certa preocupação, por estes assistirem às discussões e agressões, como refere a Vítima D “(...) hoje em dia ainda a minha filha tem muitos traumas assim que ouve uma discussão ou alguém fala mais alto com ela, ela começa logo a chorar em pânico (...)”. Esta afirmação vai de encontro do defendido por Alarcão, que considera que as crianças são testemunhas desta violência que o pai exerce sobre a mãe, tornando-se assim de vítimas indiretas (Alarcão, 2002).

Quando as mães percebem que os filhos estão em perigo, ponderam a possibilidade de abandonar o agressor, pois as crianças sofrem com a violência interparental e não compreendem as discussões nem os motivos, mas vão desenvolvendo problemas de ordem social tornando-se num indivíduo instável e inseguro.

Na maioria das vezes estes sentem-se culpabilizados e responsáveis pelas situações de agressões que vão assistindo e acabam por considerar as agressões como atitudes que fazem parte das relações pessoais e familiares (Sani, 2002).

Quando as vítimas são questionadas sobre o primeiro episódio de violência doméstica, demonstraram alguma dificuldade em se expressar. Não obstante, e apesar do silêncio inicial, relataram o seu primeiro episódio.

Todas as entrevistadas procuraram apoios através de terceiros: amigo, familiares ou entidades competentes, como refere a Vítima A: “A primeira vez que pedi ajuda foi uma amiga minha que me disse e chamou-me à razão das situações que estava a passar no dia-a-dia (...)”.

Em relação ao motivo que as levou a manter a relação, a maioria afirma que se prende com os sentimentos que nutriam pelo agressor e pelos seus filhos, como refere a Vítima D, “Eu achava que ele me amava e eu amava-o muito (...) e escolhi-o para meu marido e pai da minha filha”.

Verificou-se que o acompanhamento dos técnicos às vítimas na instituição foi um sucesso, todas as vítimas entrevistadas encontram-se atualmente a reorganizar as suas vidas, encontrando casa e emprego. Conforme menciona a Vítima B “Sim... as doutoras abriram-me os olhos e fizeram-me ver que o mundo não é cinzento...as mesmas apoiaram-me ao longo de todo o processo principalmente judicial e psicológico.”

De sublinhar que estas situações de sucesso resultam igualmente de um trabalho em rede entre os técnicos e outros serviços sociais estabilizaram a vida das vítimas. Payne, refere que o Serviço Social melhora os serviços para ultrapassar as necessidades do indivíduo (Payne,2002).

VIII. CONCLUSÕES

A época da modernidade, possibilitou que as famílias começassem a dar privilégio à construção de identidade pessoal através de relações conjugais e de relações parentais segundo Singly “passamos de uma família vertical para uma família horizontal (...) encerrando um desafio muito maior do que o que se perspectiva para as famílias do par masculino todo-poderoso” (Singly, 1996: 48).

A violência doméstica é um problema muito presente na atualidade e traduz-se por agressões físicas, psicológicas e verbais com laços afetivos em comum. Esta problemática expande-se e converte-se em diversos tipos como a violência contra idosos, pais ou filhos. No entanto, a presente investigação centra-se sobre a violência doméstica sobre as mulheres.

A violência doméstica não acontece pelas “razões de ocorrência”, mas enquadra-se em vastos contextos gerais de violência. Esta situação acontece quando existem, por exemplo, sentimentos de ciúme, problemas psiquiátricos, consumo de estupefacientes ou alcoolismo. Estes são alguns indicadores do comportamento de um agressor.

A violência doméstica é um problema comum para diversas pessoas. Note-se que estes comportamentos podem não acontecer num episódio isolado mas com alguma periodicidade, denominado de ciclo de violência que começa com o aumento da tensão e acabando na lua-de-mel, de acordo com a APAV.

Para as vítimas de violência doméstica, a fase da denúncia da situação é extremamente difícil e complexa, apontando-se um leque de causas para o seu silêncio, das quais se destaca um crescente sentimento de culpa e de merecimento da violência exercida.

Considerando que os atores principais desta investigação, são as pessoas vítimas de violência doméstica e os técnicos envolvidos, estes foram auscultados através entrevistas considerando posteriormente a análise das informações obtidas. A análise estruturada aplicada aos dados fornecidos através do método supramencionado, pode-se concluir que:

- As agressões de violência doméstica são atos que podem persistir durante décadas,
- Antes do **casamento** ou antes da coabitação, o agressor não manifesta comportamentos agressivos, acabando a vítima por não conhecer as características individuais do parceiro.

- O **álcool** é um dos fatores desencadeador da agressão, bem como a “hereditariedade” dos episódios de agressão. Denota-se que alguns dos agressores já possuíam historial de agressões na família. Os técnicos também identificam o álcool como um dos principais motivos de desavenças e conflitos entre eles, gerando situações de violência doméstica.

- Os **filhos** são considerados vítimas indiretas, atuando como o principal entrave à tomada de decisões das vítimas, sendo o fator decisivo para as vítimas permanecerem ou saírem de casa. As crianças acabam por crescer num ambiente agressivo e conflituoso podendo futuramente evoluírem para comportamentos agressivos (tornando-se agressores), na adolescência ou idade adulta.

- As **formas de violência** divergem. Quando se agravam acabam sempre por remeter para a violência física. No entanto, a vítima - consoante os comportamentos - acaba por ponderar ficar ou sair de casa. Consoante as fases da violência doméstica acabam “quase” sempre por acreditar nos agressores. Não obstante, segundo Dias “numa família podem ocorrer todos os tipos de violência, ou apenas um tipo, bem como as suas consequências” (Dias, 2004: 91).

- As vítimas consideram **os técnicos, como um elemento fundamental** nas suas vidas. São vistos como um refúgio e um transmissor de informações. A vítima sente a necessidade de ser ouvida, como argumenta Dias, “necessário para a vítima ser ouvida, perceber o que se passa consigo própria e que formas pode encontrar para ultrapassar/mudar a situação” (Dias, 2004: 130).

- As opiniões da equipa técnica são divergentes: um grupo considera que as vítimas que têm consciência e reconhecem o seu estatuto e para outros as vítimas não se identificam e não aceitam o seu estatuto.

- Relativamente às **casas abrigo**, a maioria dos técnicos concorda que é difícil as vítimas aceitarem partilhar vida em comum com outras mulheres que desconhecem, ainda mais quando tem filhos, sendo muito difícil abandonar as suas casas.

- As crenças e os valores dos técnicos são neutros e não influenciam a decisão das vítimas. Ajudam a vítima e aconselham-na para seu melhor.

- A maioria dos técnicos afirma que existem diversos motivos para as vítimas não apresentarem queixa contra o agressor. Acima de tudo porque o amam e tem uma família e não sendo capaz de tomar essa decisão.

- De acordo com as vítimas entrevistadas os seus casos foram um sucesso na instituição.

Em sede de conclusão, importa ainda realçar diversas sugestões para trabalhos futuros a realizar:

- Analisar a problemática da violência no sexo masculino, o perfil das vítimas e as formas de violência.
- Analisar a tipologia de vítimas institucionalizadas em diversos contextos e em termos geográficos.
- Analisar a violência doméstica entre casais homossexuais.
- Investigar a violência mútua independentemente do tipo de casal.

Ciente de que muito nesta área ainda há a desbravar, pretendeu-se neste relatório abordar de uma forma prática e assertiva a “*ponta do iceberg*” que representa a problemática da violência doméstica sobre as mulheres, a sua contextualização ao nível geográfico e o apoio técnico que uma das instituições especializada na matéria, confere a quem a procura.

Cada vez mais a sociedade tende a uma consciencialização coletiva – e mais, a uma proteção social – das vítimas de violência doméstica. A análise do problema e o seu enquadramento a um nível profundo por equipas multidisciplinares, poderá fornecer indicadores que num futuro próximo, atuem como ferramentas para, senão a erradicação, pelo menos a drástica redução do que já é considerado um flagelo social.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2002) (des) Equilíbrios familiares, Quarteto, Coimbra.
- Alvim, F. (2006) Relatório de Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres, Amnistia Internacional, Lisboa.
- Anjos, G. (2000) Identidade Sexual e Identidade de género: subversões e permanências, *Sociologias*, 4, 274-305, Porto Alegre.
- Araújo, M. & Mattioli, O. (2004) Gênero e Violência, Arte e Ciência Editora, São Paulo.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2017) Estatísticas APAV, Gabinete de Apoio à Vítima de Faro.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010) Manual Alcipe – Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência, Lisboa, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2005) Manual de procedimentos dos serviços de apoio à vítima de crime na APAV. Lisboa, APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2013) Manual Unisexo- para o atendimento a vítimas adultas de violência sexual, Lisboa, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Coutinho, C. (2011) Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática, Coimbra, Grupo Almedina.
- Costa, D. (2010) A Intervenção em Parceria na Violência Conjugal Contra as Mulheres, Universidade Aberta. [Dissertação de Doutoramento]
- Costa, J. (2003) Sexo, Nexo e Crime, Lisboa, Colibri Artes Gráficas.
- Costa, M. & Duarte, C. (2000) Violência Familiar, Porto, ÂmbarChopart, J. (2003) Os Novos Desafios do Trabalho Social: Dinâmicas de um campo profissional, Porto, Porto Editora
- Cunha, T. R. (2007). O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência. Editora: Uesb. Google Livros. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=UXFnRHU5g8IC&printsec=frontcover&dq=O+preço+C3%A7o+do+sil%C3%A0ncio:+mulheres+ricas+tamb%C3%A9m+sofrem+viol%C3%A0ncia&hl=pt-PT&ei=UgPtTczTIYmUOqqstZUB&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q&f=false (acedido em junho de 2017).

Dias, I. (2002) *Violência Doméstica em Portugal: contributos para a sua visibilidade*. Atas do IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, 1-15.

Dias, I. (2004) *Violência na Família: Uma abordagem Sociológica*, Porto, Afrontamento.

Direção-Geral de Saúde (2003) *Estratégia de Combate à Violência Doméstica: Manual de Recursos*. Gabinete das Nações Unidas de Viena. Disponível em: <https://www.dgs.pt/...e.../estrategias-de-combate-a-violencia-domestica-pdf.aspx> (acedido em 19 de novembro de 2018).

Cornell, D. (1995) *The Imaginary Domain: Abortion, Pornography and Sexual Harassment*, New York, Routledge.

Estorninho, C. (2006) *Guia de Recursos na área da violência doméstica*, Lisboa, Ministério da Solidariedade, do Trabalho e da Segurança Social.

Farias, R. (2014) *Violência Conjugal: O Silêncio das Vítimas*, Universidade Católica Portuguesa, [Dissertação de Mestrado].

Felson, R. Messner, S. & Hoskin, A. (1999) *The Victim - Offender Relationship and Calling the Police in Assaults*, *Criminology*, 37 (4), 931-947.

Giddens, A. (2006) *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Presença.

Goleman, D. (1997) *Inteligência Emocional*, Camarate, Sociedade Industrial Gráfica Lda.

Goffman, E. (2004) *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Livros Téc. e Cient. Editora.

Leandro, M. (2001) *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.

Lettiere, A. & Nakano, A. (2011) *Violência Doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento*. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 19 (6), 1-8.

Machado, C. & Gonçalves, R. (2003) *Violência e Vítimas de Crimes*, Coimbra, Quarteto Editora.

Nórte, C. (2015) *As Vítimas de Violência: Entre Discursos Científicos e Biopolíticas do Contemporâneo*, *Psicologia & Sociedade*, 27 (1), 169-178, Brasil.

Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra, Quarteto Editora.

Palmer, E. (2001) *Risk assessment: Review of psychometric measures*, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 7-22, London.

- Pereirinha, J. (2008) *Política Social: Fundamentos da atuação das Políticas Públicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Perista, H. e Silva, A. (2005) *Impacto em função do Género: Avaliação de Medidas de Política*, Lisboa, Coleção bem-me-quer.
- Prieur, B. et. al. (1999) *As heranças familiares*, Lisboa, Climepsi.
- Quivy R. & Campenhoudt L. (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- Ribeiro, S. (2016) *O Lado B da Violência Doméstica*, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. [Dissertação de Mestrado]
- Rodrigues, M. (2012) *Diagnóstico de Necessidades de Competências do Agente da PSP no Atendimento à Mulher Vítima de Violência Conjugal*, Universidade Lusófona De Humanidades e Tecnologia, [Dissertação de Mestrado].
- Sani, A. (2002) *As crianças e a violência*, Coimbra, Quarteto.
- Santos, B. (2006) *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Afrontamento.
- Santos, B. (1993) *O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia*, Porto, Afrontamento.
- Santos, B. (1995) *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.
- Singly, F. (1992) *La Famille : L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte.
- Serra, D. (2014) *A Violência Doméstica contra as Mulheres: Indicadores de Risco e Representações Sociais*, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. [Dissertação de Mestrado]
- Torres, A. & Brites, R. (2007) *Atitudes e Valores dos europeus: a perspetiva do género numa análise transversal*, *Imprensa de Ciências Sociais*, 6, Viseu, 325-378.
- Vicente, A. (1987) *Mulheres em Discurso*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Zioni, F. (2006) *Exclusão social: noção ou conceito?* *Saúde e Sociedade*, 15 (3), 15-29, São Paulo.

Legislação

Lei n.º 59/2007, publicado em Diário da República [1.ª Série] em 04 de setembro de 2007. Disponível em: <http://dre.pt/pdfs/2007/09/17000/0618106258.pdf> (acedido a 19 de novembro de 2018).

Fontes Informáticas

Ministério Público Portugal. Disponível em: <http://www.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/crime> (acedido a 19 de novembro de 2018).

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/legislacao (acedido a 19 de novembro de 2018).

APÊNDICES

Apêndice 1. Guião de entrevista aos TAV:

Parte 1.

Caracterização do serviço:

1.1. Quais os principais motivos que levam as vítimas a recorrerem ao gabinete?

1.2. Quando faz atendimentos é comum surgirem diversas situações identificadas pelas vítimas de violência doméstica?

1.3. As vítimas têm consciência de que os agressores estão a cometer um crime?

1.4. Como é que intervém numa situação em que a vítima contacta com alguém sem estar em perigo que corre por parte do agressor?

1.4. As diversas situações que tem acontecido nos atendimentos quais os motivos que levam as vítimas à não apresentação da queixa contra os agressores?

1.5. O que é que normalmente é que as vítimas procuram como resposta?

1.6. Qual o papel destes técnicos nas diversas decisões das vítimas? Como caracteriza o impacto do vosso trabalho na vida destas pessoas?

1.7. Na maioria das vezes a vítima é afastada da sua casa que normalmente é um ambiente agressivo, como vê a institucionalização dessas vítimas nas Casas Abrigo ou no Centro de Acolhimento Temporário?

1.8. Acha que as crenças ou os valores dos técnicos influenciam o diagnóstico da situação que está a ser apresentada e, por conseguinte, a definição dos projetos de vida das vítimas?

1.9. Na maioria das vezes as vítimas voltam para os agressores por livre iniciativa, como justifica esse regresso? O que fazem os técnicos perante esta situação?

Parte 2.

O Entrevistado:

Caracterização do indivíduo

2.1. Idade:

2.3. Escolaridade:

2.4. Área de formação:

Apêndice 2. Entrevista realizada ao técnico 1:

P: Quais os principais motivos que levam as vítimas a recorrerem ao gabinete?

R: Procura de apoio, essencialmente muita informação e esclarecimento no âmbito do processo e às vezes as dúvidas todas que elas têm do que é que posso fazer? O que hei de fazer? Em que me pode ajudar?

P: Quando faz atendimentos é comum surgirem diversas situações identificadas pelas vítimas de violência doméstica?

R: É variável...algumas não reconhecem que estão sendo vítimas de um crime querem determinado apoio para mudar a situação, sentem-se mal naquele ambiente, vem com expectativas completamente iludidas em relação ao processo de que nós podemos intervir e falar, fazer de certa forma o papel de mediador nestes casos que levam... nós fazemos o nosso papel, o nosso papel é o apoio de vítimas de crime, ela está a ser vítima de um crime esclarecemos qual crime, maus tratos, ameaça, difamação, injúrias, abuso sexual, porque muitas pensam que como são casadas o marido têm direito ao corpo dela, mesmo que ela diga que não, pensam que não é um crime , mas é e esclarecemos para que ela fique esclarecida que ele realmente, ela está a passar por um processo de violência doméstica de crime, pode denuncia-lo e levantar um processo contra ele. Outras não já estão esclarecidas a comunicação social tem feito um grande papel nesse âmbito porque tem vindo a divulgar muitas notícias e as pessoas estão mais conscientes, já não aparece tanto uma base nessa ignorância, mas...continua a aparecer.

P: Como é que intervém numa situação em que a vítima contacta com alguém sem estar em perigo que corre por parte do agressor?

R: Antes de mais nada identificamos que tipo de perigo e que agressões é que a pessoa está a ser vítima informamo-la do resto que está a correr e apresentamos as hipóteses e as alternativas que ela tem, não são as melhores mas, mas são melhores do que estar a passar por risco de vida, nomeadamente dar entrada numa casa abrigo para a proteção dela e dos filhos ou mudar de casa, existem algumas alternativas pedir medidas de afastamento, medidas de proteção cautelar também, através do processo de crime, através do processo que vai apresentar junto com o Ministério Público e pede umas medidas de proteção cautelar, algumas resultam outras nem por isso, não respeitam, mas independente do grau de risco que ela estava correndo assim são as medidas tomadas.

P: As diversas situações que tem acontecido nos atendimentos quais os motivos que levam as vítimas à não apresentação da queixa contra os agressores?

R: Vários...Primeiro é realmente ainda não desistiram daquela relação, gostam muito do marido, não gostam do comportamento dele mas gostam muito do marido, amam-no, e não querem desistir da relação querem que ele mude, isso é a primeira, outras têm a ver com muitas vezes as alternativas que não as satisfazem, ou seja, deixar tudo e ir para um casa abrigo é cortar radicalmente com o estilo de vida e começar com outro, nem todo o mundo tem coragem para isso...e mete medo...assusta... e outra é efetivamente somos nós as vezes os técnicos que recomendamos não apresentar ainda queixa enquanto ela não se assegura porque apresentar uma queixa contra o agressor que está a viver comigo, eu volto a correr risco porque quando ele for notificado, for informado para prestar declarações ela corre risco de vida e então é melhor primeiro assegurar a situação dela e depois sim, porque tem tempo não é, para apresentar e levantar o processo mas existem situações que convém não apresentar logo queixa nomeadamente quando a vítima não está se pode garantir e assegurar a segurança dela e dos filhos, então é preferível manter em standby.

P: O que é que normalmente é que as vítimas procuram como resposta?

R: Milagres, procuram respostas que lhe deem alternativas a situação que estão vivendo, muitas vezes tem as expetativas muito altas, muitas vezes pensam que temos a capacidade de mudar a vida das pessoas...ninguém muda a vida de ninguém, as pessoas são donas da sua própria vida e as decisões, nós informamos, mas a decisão é sempre pessoa, a pessoa toma, perante a informação que recebe da nossa parte, toma depois os caminhos e faz as escolhas que bem entender e nós temos que as respeitar, mas agora, claro que as pessoas por exemplo eu quando faço uma aposta no euro milhões qual é a minha expetativa? É de ganhar e não ganho e estou consciente que é uma em biliões de oportunidades, só que tenho que baixar as expetativas senão fico completamente dececionada e muitas das vezes quando as pessoas nos procuram vêm com as expetativas muito elevadas, ou seja, pensam que existe soluções milagrosas e que elas não tem que se envolver e quase fazendo nenhum, a solução está sempre dentro da pessoa, o nosso trabalho é apenas tira-la cá para fora, é ela descobrir que a decisão é dela e não nossa e que nós o nosso esforço realmente...as pessoas muitas vezes me perguntam e se tivesse no meu lugar o que é que fazia? Eu não estou no lugar daquela pessoa, eu sou eu...não sou aquela pessoa...e tomo as minhas decisões e aquela pessoa toma as delas, e eu devolvo logo a pergunta e digo e a senhora o que é que pensa fazer? O que é que acha

que pode ser feito? Elas sabem...elas dizem, pois, a resposta está lá, não está dentro de mim...está dentro delas.

P: Qual o papel destes técnicos nas diversas decisões das vítimas?

R: Apoia-las nas decisões, mais diversas que elas queiram tomar, existem muitas situações em que a vítima quer continuar com o agressor, então garantimos-lhe, apresentamos-lhes um plano de segurança para ela tomar em consideração as situações e aprender a identificar as situações de risco nomeadamente ter sempre os números de emergência a mão, se os filhos já tiverem idade avisar os filhos e ensiná-los a marcar o número de emergência de apoio, pedir socorro, salvaguardar-se se vir que as coisas vão disputar para uma discussão sem qualquer controlo, sair de imediatamente de casa, não esperar que as situações se agravem, afastar-se das zonas de risco, nomeadamente casas de banho e cozinha onde existem situações onde existem facas disponíveis ou coisas do género, entretanto temos que respeitar, se ela decidir sair também podemos apoiar-la nesse sentido através de um apoio psicológico, de um apoio emocional e ajudá-la em todo o processo judicial.

P: Como caracteriza o impacto do vosso trabalho na vida destas pessoas?

R: Não caracterizo, vamos lá ver, eu faço o meu trabalho, esforço-me e dou a informação que aquela pessoa está a precisar e depois a decisão é dela, poderemos fazer a diferença? Se calhar podemos mas acho que a força e os valores é dela, ela é que tem que vencer, ela é que é uma vencedora, se conseguir ultrapassar aquela situação com ou sem a nossa ajuda, não interessa, mas a vida é da pessoa e não espero nem caracterizo nada, não fico dececionada se ela não seguir os meus conselhos, ela segue o que ela quis seguir é uma pessoa e tem o direito a sua autonomia e as vítimas são autónomas e de livre arbítrio, as pessoas escolhem aquilo que quiserem, penso que fazemos alguma diferença, penso que o nosso papel é importante agora, qual é o grau de importância na vida das pessoas? É relativo, é variável, existem pessoas que nos reconhecem e dei esse passo e fui a APAV e graças a vocês arranjei coragem, mas existem pessoas que não consideram que nós por exemplo não fizemos nada nem ajudamos em nada, tudo bem, é a opinião delas, nem fico triste por uma coisa nem fico contente por outra, quer dizer as pessoas tomam as suas decisões são livres, acho que não desisto do meu trabalho, acho que o meu trabalho é importante agora eu acho, agora o grau de importância na vida delas não posso analisar

P: Na maioria das vezes a vítima é afastada da sua casa que normalmente é um ambiente agressivo, como vê a institucionalização dessas vítimas nas Casas Abrigo ou no Centro de Acolhimento Temporário?

R: É sempre uma última situação, eu não aconselho a ninguém, porque temos que esgotar as outras todas alternativas, a casa abrigo é o mal menor quer dizer, não estou a falar mal das casas abrigo, mas não é a nossa casa, as pessoas são retiradas do seu ambiente conhecido e são colocadas e tem que se integrar num ambiente completamente desconhecido, e estranho, cheio de regras, cheio de normas é mau, não é bom mas é melhor do que morta... é o que eu costumo dizer as vítimas é melhor do que no caixão, é sempre a última alternativa, mas ainda bem que existem e ainda bem que há casas, em que as pessoas ultrapassaram e estão a iniciar um novo projeto de vida é preciso coragem, não é pela parte dos técnicos, é pela parte da vítima, a pessoa tem que aprender e a querer criar reforços emocionais, e psicológicos para conseguir dar a volta e iniciar um novo projeto de vida, mais saudável, mais dinâmico e como costumo dizer arregaçar as mangas e atirar-se ao trabalho, nem todas as pessoas tem capacidade para isso, daí muitas vezes as falhas.

P: Acha que as crenças ou os valores dos técnicos influenciam nas decisões dos projetos de vida das vítimas?

R: Não, nem deve nunca influenciar, eu posso ter o meus objetivos, os meus valores, as minhas prioridades não tem nada a ver com as prioridades da vítima, e temos que a aprender a aceitar e aceito e reconheço que aquilo é um ser humano diferente não sou eu nem os meus valores nem as minhas crenças, são os delas, e os dela é que contam, eu não sou católica, crente, mas já tenho atendido muitas pessoas que são muito crentes, e eu incentivo e estímulo se a crença lhe dá consolo se aquela se o facto de agarrar-se ao quer que seja a nível emocional lhe consola e conforta força, as pessoas adquirem recursos que mais necessitam... Portanto não tem nada a ver com as minhas crenças, por exemplo eu não acredito em nenhuma religião, mas longe de mim que eu não aceite a religião das pessoas, portanto não...

P: Na maioria das vezes as vítimas voltam para os agressores por livre iniciativa, como justifica esse regresso?

R: Eu não diria livre iniciativa, muitas das vezes não existem respostas sociais, e elas vem-se na obrigação de retornar a casa, porque não tem apoios por exemplo para cuidar dos filhos sozinha, só terem dois familiares, os recursos económicos são muito limitados, uma mulher com um rendimento mínimo não cria três filhos, ou dois, nem um... e a trabalhar é para receber um ordenado de miséria e pagar a casa, água, luz, e a comida as pessoas muitas vezes não tem alternativas outras vezes é porque querem acreditar que é difícil a mudança, é difícil batalhar sozinho, é difícil conseguir ter sucesso, mas não é

impossível atenção, é isso que nós temos que mentalizar nas pessoas, é difícil a batalha mas é possível alcançar os nossos objetivos é preciso é não desistir e ter muita, muita força de vontade, o que é que acontece essa muita força de vontade não é nada que se compre, está nos ânimos e nas reações das pessoas e o que é que acontece nas pessoas, nestas pessoas que são vítimas de violência doméstica estão frágeis, as pessoas estão muito fragilizadas, as pessoas não acreditam que são capazes de nada porque foram mentalizadas durante uma quantidade de tempo pelo seu companheiro que elas não valiam nada e passar a acreditar que valem é um processo longo e às vezes inalcançável, existem pessoas débeis e existem pessoas mais fortes, mas também te digo uma pessoa mais forte não aguenta violência doméstica, estamos todos em risco de sofrer uma agressão, desculpa a primeira mas a segunda é indesculpável, o que acontece é que a pessoa acaba por minimizar aquilo e a sua auto estima não existe e desvaloriza-se, ou seja, eu nunca mais me vou esquecer uma vez uma vítima disse-me ai doutora sabe é que desta vez ele teve razão eu deixei queimar o almoço, e ele espancou-a porque ela deixou queimar o almoço, mas ele teve razão, a autoestima e a consideração que ela tem por si mesma como pessoa, nenhuma... e as pessoas encaram a vida assim arrastando a hipótese a sua autonomia e força de vontade e acreditam que não são capazes e muitas vezes é mais fácil voltar mais vale um mal conhecido do que um pobre conhecer e outra perspectiva é que acreditam nas promessas ai ele prometeu que ia mudar, e prometeu-me que ia se tratar e ele até já marcou apoios terapêuticos para se tratar, para controlar a agressividade, o alcoolismo, ele é bom quando não bebe, então quando é que ele não bebe? Bebe todos os dias... Portanto a fraqueza, o medo e o medo de não ser capaz e muitas vezes é muito difícil, mas é possível.

P: O que fazem os técnicos perante esta situação?

R: Apoiamo-la deixamos sempre a porta aberta, porque nós sabemos pela nossa própria experiência de atendimentos anteriores e também de trabalhar esta problemática as pessoas não mudam com facilidade, e ela vai recair e vai recair outra vez no ambiente de violência, temos a porta sempre aberta para ajuda-la, não é nesta oportunidade é noutra... Existem muitas recaídas e as pessoas retornam porque deixamos sempre a porta aberta e aceitamos a decisão dela e desejamos-lhe toda a coragem do mundo, mas se por acaso não correr esta porta está aberta.

P: Na parte dois da entrevista, corresponde a parte da caracterização do indivíduo, portanto eu gostaria de saber a sua idade?

R: 62 anos.

P: A sua escolaridade?

R: Licenciatura.

P: A sua área de formação?

R: Educação Social.

P: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa em relação ao tema que estivemos a falar?

R: Não...

Apêndice 3. Entrevista realizada ao técnico 2:

P: Quais os principais motivos que levam as vítimas a recorrerem ao gabinete?

R: Vamos lá, normalmente as primeiras vítimas que vem, vem numa situação um bocado perdidas, sem saber bem, foram dirigidas ou com pessoas amigas, pela polícia numa situação se houve uma situação de crise a polícia normalmente encaminha depois para nós ou então telefonam para a linha de emergência que também encaminha para o gabinete mais próximo, mas temos aqui vítimas que realmente que foi a publicidade, que foi pronto a comunicação que fez com que prestassem atenção que tamos aqui e elas vem.

Qual é o que é que perguntou? Os Motivos?

P: Quais os principais motivos?

R: Os motivos normalmente é uma coisa engraçada porque elas vêm porque são vítimas de violência doméstica, mas de muitas vezes elas vem procurar ajuda para eles (risos)... Para acabar e para ajuda-lo a eles para acabar os maus tratos em casa só se quando a situações muito, muito graves é que vem então porque pronto, quando à situações muito graves que atingem os filhos, normalmente enquanto só atingem a elas, consideram-se elas únicas atingidas, os miúdos já vem, os miúdos ouvem mas elas vivem na ilusão que os miúdos estão salvos da violência e que aquilo é só para ela, enquanto nesta situação elas vão aguentando, quando há situações em que já atinge por exemplo, quando eles começam a agredir os filhos fisicamente, ou então hoje em dia também as relações como a maior conhecimento a mais abertura sobre o assunto faz com que as pessoas muitas das vezes na primeira ou segunda agressão dizem ponto final e vou-me informar afinal qual é a minha situação.

P: Quando faz atendimentos é comum surgirem diversas situações identificadas pelas vítimas de violência doméstica?

R: Sim...

P: Como é que intervém numa situação em que a vítima contacta com alguém sem estar em perigo que corre por parte do agressor?

R: Sem ser numa situação de crise... nós temos pouquíssimas situações de crise, no momento, normalmente a crise ou faz barulho e isso tudo e a policia normalmente é que intervêm mais nas situações de crise, já tem acontecido, mas, muitas vezes nós não intervimos, são raras as situações em que intervimos em situação de crise. Como eu digo, quando há uma situação de crise que foi atendida pela policia eles encaminham para nós depois aconselham a vítima a vir ter connosco e para falar para abrir processo... se não

mesmo, alguém amigo, alguém familiar que conhece que ouviu falar, que viu na televisão, que pronto que viu os cartazes e que encaminham para nós.

P: As diversas situações que tem acontecido nos atendimentos quais os motivos que levam as vítimas à não apresentação da queixa contra os agressores?

R: Como eu disse é o tentar salva-lo, é dar outra hipótese tentar que as coisas agora vão melhorar e depois há a culpa, porque a vítima de violência doméstica vive num mar de culpa, ela culpa-se, a culpa é dela, porque pôs sal a mais, porque pôs sal a menos porque ela falou, ou porque ela olhou, porque ela disse, porque ela não disse, porque ela vestiu, porque ela não vestiu, ou seja, e ela pensa que consegue gerir já dominar o ambiente, ou seja, ela vem logo com aquela coisa, para a próxima eu já sei, por isso já não vou fazer por isso e como ainda há este sentimento que ainda amam que tá ali o amor porque foi o que eu escolhi, porque é o meu marido, porque é o pai dos meus filhos e não vou separalo dos meus filhos não vou fazer isso aos meus filhos, e então ao mante-lo calmo desculpa para manter a relação.

P: O que é que normalmente é que as vítimas procuram como resposta?

R: A primeira resposta como eu disse muitas vezes é ajuda para ele, coisa que nós não fazemos, nós não trabalhamos com agressores, trabalhamos com vítimas, o que fazemos aqui realmente, então é dizer, informa-las para podermos encaminhar devidamente, informa-las dos direitos que muitas vem com ideias deturpadas do abandono de lares do perder os direitos, de perder os filhos, que lhes vão roubar os filhos, que deixam de ter direito aos filhos, que saem de casa deixam de ter direitos, ou seja, a todo um esclarecimento a nível da lei, da situação dela, onde ela se enquadra e depois para podermos então aconselhar quais são os passos mais certos a fazer.

P: Qual o papel destes técnicos nas diversas decisões das vítimas? Como caracteriza o impacto do vosso trabalho na vida destas pessoas?

R: Nós não influenciámos as decisões nós é quase caminhar lado a lado, é um apoiar é ela saber que estamos ali, só isto com vitimas adultas, desde 2000 a violência doméstica é um crime público nós temos pronto, normalmente temos a obrigação de dar conhecimento mas quando são vítimas adultas tendemos a respeitar o tempo daquela vítima para, porque não serve de nada estarmos aqui e a irmos para o Ministério Público fazer a denúncia depois ela é chamada e ela cala-se ou nega tudo... e depois perdemos uma ponte de confiança e de contacto não ganhamos nada com isso, quando são realmente vítimas adultas só, contendemos a manter aberto o canal de confiança e de comunicação que é criado ela sabe perfeitamente que pode vir aqui podemos fazer por

exemplo organizar em conjunto com ela um plano de segurança de forma de onde é que ela pode sair, quando é que pode acontecer, como é que ela pode fugir, o que é que ela deve fazer, preparar um saco de segurança onde é que ela deve meter esse saco essas coisas todas por exemplo tirar fotocópias dos documentos, porque se for uma situação de crise ela tem que sair de casa e não à tempo para nada disso se ela já tiver um plano de segurança estabelecido ela sabe os passos que deve fazer, isso é por exemplo um trabalho que nós fazemos com elas, pronto... agora se houver vítimas menores a nossa obrigação aí é muito maior e então aí nós damos logo conhecimento que somos obrigados a dar conhecimento ao Ministério Público da situação porque é uma criança, um menor que está em perigo.

P: Como caracteriza o impacto do vosso trabalho na vida destas pessoas?

R: Gosto de pensar que é positivo (risos), gosto de pensar que estou aqui e pronto, a experiência tem-nos mostrado que realmente sim... porque elas depois vêm e vêm contar a história delas, e vem nos agradecer e vem-nos reconhecer o nosso trabalho e quando a qualquer coisa na vida delas qualquer dúvida muitas vezes é onde elas vêm, voltam é a primeira porta onde elas voltam a pedir conselho, a pedir como é que devem proceder.

P: Na maioria das vezes a vítima é afastada da sua casa que normalmente é um ambiente agressivo, como vê a institucionalização dessas vítimas nas Casas Abrigo ou no Centro de Acolhimento Temporário?

R: Infelizmente as vítimas ainda tem a noção de que são afastadas de casa pronto..e tem que ir para uma instituição para um centro de abrigo pronto... a adaptação não é fácil sair de casa deixar tudo, depende também da idade dos filhos, as casas abrigo e os centros de acolhimento só recebem as crianças até aos doze, treze, catorze acho que subiu agora para catorze pronto, ou seja, são catorze se for meninas, se for meninos ainda é mais, maior o entrave, ou seja, pronto, é complicado, porque não é do género vou levar o meu a minha mais novinha e vou deixar o meu mais velho pronto, muitas vezes a aqui adolescentes já com dezasseis, dezassete, dezoito anos mas que estão ali e que se apoiam perfeitamente e então é um dos fatores para negar-se logo ir para um acolhimento é esse, a adaptação é complicado é habituarem-se a normas completamente diferentes e como eles não, elas não os vem como um agressor como um criminoso existe aquela preocupação, será que ele ainda tem comida, será que esta a cuidar dele, será que e então muitas vezes já a o cair da situação de o contactar, porque é a tal coisa, a situação de crise já passou e entoa à ali já aquela saudade, já tentar novamente (risos).

P: Acha que as crenças ou os valores dos técnicos influenciam nas decisões dos projetos de vida das vítimas?

R: Como eu disse os primeiros contactos que elas vem, nós deparamo-nos com as crenças existem muitas crenças ainda a muito de que casei, é para até ao fim, nós vivemos numa comunidade... e o casamento ainda é visto como algo muito religioso que é para a vida que não aceitar o comando do homem da casa é um pecado que isto é uma cruz, há que viver e que suportar a cruz... e faz parte e provoca isso sim...cada vez nós temos por exemplo não hoje em dia na nossa população mais nova, isso já não acontece tanto, mas na nossa população ainda dos seus quarente, cinquenta anos as nossas vítimas de quarente, cinquenta anos vem muito com essa conversa, e muitas vezes mesmo na conversa com elas disseram quando começou os maus tratos que foram falar com a mãe ou com a avó e os conselhos que foram dados logo é do género, eu também tive que suportar, as mulheres vivem e são feitas para isto, temos que suportar, este é o nosso papel de mulher, temos que suportar porque Deus é que a cruz que nos mandou e pronto...ou seja, ainda há muito isto. Na população mais jovem as crenças são diferentes, a crença a muita crença de associar de este controle, tudo a nível do ciúme, por exemplo, ele perdeu a cabeça porque eu usei uma saia muito curta, teve ciúmes de mim ou porque viu que mandei uma mensagem que na minha agenda tenho um número de telefone de um amigo e ele teve ciúmes, esta população mais nova é associado muito a prova do ciúme, o amor o controle é a justificação associada ao ciúme, ele é ciumento (risos).

P: Acha que as crenças ou os valores dos técnicos influenciam nas decisões dos projetos de vida das vítimas?

R: Tentamos que não...(risos) tentamos que não...por isso é que nos apoiamos umas nas outras, estamos sempre abertas, existe sempre aqui alguém que está no outro lado do telefone e se vermos realmente se estamos numa situação que não conseguimos compreender que não conseguimos, pois o melhor é termos a capacidade de reconhecer isso...e de sabermos depois encaminhar para uma técnica mais apta para isso, por exemplo acontece, nós temos aqui situações em que vem que temos por exemplo uma vítima muçulmana, a lei muçulmana embora a lei seja portuguesa mas a lei muçulmana é completamente diferente em relação ao papel da mulher dentro de um casamento muçulmano é completamente diferente, dum papel de um casamento cristão e se a pessoa não tiver um mínimo de conhecimento de perceber ali o que é que está ali, quer dizer está ali a quase a vender-lhe a ali (risos) o coiso da pela da cobra, ou seja, está ali a vir com uma conversa que não tem nada a ver com a realidade dela.. porque quer queria, quer não

se for por exemplo, se for um cristão radical porque existe cristãos radicais que não usam meios contracetivos de maneira nenhuma que existe ali toda uma série de normas que temos que ter noção e temos que respeitar como por exemplo se for uma pessoa evangélica temos de ter um bocado noção e respeitar e quando for muçulmana a mesma coisa, não quer dizer que somos obrigadas a saber isso tudo, mas temos que ter alguns conhecimentos se não tivermos não conseguimos compreender, então mais vale termos a capacidade para encaminhar e normalmente temos aqui abertura suficiente para isso acontecer a vontade.

P: Na maioria das vezes as vítimas voltam para os agressores por livre iniciativa, como justifica esse regresso?

R: Como eu disse... voltar é dar outra hipótese, porque ele prometeu que agora vai-se portar bem, porque ele prometeu que ele agora vai procurar ajuda, porque prometeu que já não vai beber tanto, porque gostam ainda, porque a filhos, porque, porque, porque, porque (risos)...

P: O que fazem os técnicos perante esta situação?

R: Temos que respeitar que não é o momento, aquela pessoa ainda não está preparada para mudar a página da vida.

P: Na parte dois da entrevista, corresponde a parte da caracterização do indivíduo, portanto eu gostaria de saber a sua idade?

R: 48 anos (risos)

P: A sua escolaridade?

R: Licenciatura.

P: A sua área de formação?

R: Psicologia Clínica.

P: Gostaria de acrescentar mais alguma pergunta em relação ao tema que estivemos a falar?

R: Não, está tudo bem (risos)...

Apêndice 4. Entrevista realizada ao técnico 3:

P: Quais os principais motivos que levam as vítimas a recorrerem ao gabinete?

R: Em principio são sempre situações de violência, de vitimação, de maus tratos, isto é o principal, o que não quer dizer que muitas vezes não apareçam pessoas que tenham problemas de outra esfera, como por exemplo pessoas que tem dificuldades financeiras, que até às vezes vem pedir donativos, ou vem pedir, acontece haver essas situações, mas claro nós damos o apoio social e o apoio social aqui é mais informar ou vincular com outras instituições para essas mesmas instituições poderem ajudar a nível social, porque nós aqui não é esse o nosso principal objetivo.

A principal causa é realmente de maus tratos, seja a idosos, seja a pessoas negligenciadas, idosos que são negligenciados, pelos familiares ou pessoas que fazem denúncias, ou seja, as mulheres na maior parte são mulheres que vêm que são vítimas de maus tratos pelos maridos.

P: Quando faz atendimentos é comum surgirem diversas situações identificadas pelas vítimas de violência doméstica?

R: Na maioria dos casos sim... Apercebem-se, sabem disso, embora, muitas vezes não possam acreditar nisso, possam não querer aceitar isso, elas sabem, é rara a pessoa que, mas também já aconteceu que vem mesmo perguntar e quer saber se “isto que me está a acontecer se é violência doméstica”, embora eu acho que, à priori a pessoa sabe que é, porque não é um comportamento adequado não é.

P: Como é que intervém numa situação em que a vítima contacta com alguém sem estar em perigo que corre por parte do agressor?

R: Como é que um técnico intervém...sabendo que essa vitima não é corre perigo, tem que se fazer logo um plano de segurança, porque para já aqui nós temos além de toda a informação que é dada pela pessoa, ela é a melhor, barómetro, ela é o melhor termómetro de perigo que ela vivência, que nós também temos o nosso próprio instrumento de avaliação de risco, em função de tudo isso, quando nós percebemos que realmente há aqui um perigo elevado de risco existe um plano de segurança e dependendo do risco não se manda a pessoa logo para a polícia temos que ter logo medidas preventivas para sabermos o que fazer em função das repercussões que o ato que ela vá fazer, por exemplo vai agora fazer “você vai fazer queixa, ok como é que acha que o seu marido pode reagir a isso? Tem para onde ir depois?” pronto temos que ver um plano de segurança, não se pode dizer a qualquer pessoa “Ah agora vá fazer queixa, porque muitas vezes quando se faz

queixa são os momentos cruciais, são os momentos piores em que existem realmente, às vezes até situações muito drásticas, extremas de morte, não é, então temos que ter um plano de contingência, temos que ter um plano de segurança para a pessoa, familiares conhecidos ter sempre o telefone em alerta, andar sempre com alguém, se for necessário, a pessoa até tem que ir para uma casa abrigo, sair mesmo, sair de casa e não contactar mais com o indivíduo pois isso aí é uma coisa que não é nem preto nem branco está aqui uma é como o arco-íris tem várias cores e cada caso é um caso.

P: As diversas situações que tem acontecido nos atendimentos quais os motivos que levam as vítimas à não apresentação da queixa contra os agressores?

R: A principal é o medo, o medo do que eles vão fazer, ok. Elas já estão a viver a vivenciar aquela situação de violência e mesmo assim ao fazer queixa ainda tem medo que a situação piore, portanto eu até costumo dizer “agora você sabe onde é que está? Sabe o que está a acontecer? Você gosta?”. E ela até diz-me que não, pois claro que não, não gosta então tem que fazer alguma coisa, se não faz queixa vai permanecer assim... Só vai saber como é que as coisas vão ficar bem depois de fazer a sua queixa, “porque você tem que apelar aos recursos, aproveitar os recursos que a lei dá para sair dessa situação” e aí pode levar a uma infinidade, não só o medo como outras situações até às vezes haver filhos, e a pessoa ter receio de não lhes dar atenção, pois pensar que está fora do marido, não lhe dá estabilidade para os filhos, a pensar que eles precisam... mentira não é nada disso, é completamente o contrário, a pessoa não tem sustento, não tem maneira de se sustentar, a vergonha de que é sair de um casamento... os vizinhos, a vergonha de demonstrar que foi vítima, portanto a pessoa não está ainda preparada, quando é assim compreende-se perfeitamente, a pessoa não tem que fazer, não tem que chegar aqui e tentar uma lavagem cerebral e dizer “estou pronta para isto” as pessoas tem o seu tempo, não estão preparadas hoje, se calhar não estão preparadas amanhã, se calhar estão preparadas daqui a um ano, daqui a dois, para poder então transformar a sua vida, ter um novo projeto de vida, e pensar em si, porque isto tem tudo a ver com crenças e são situações que se vão prendendo, tem a ver com os pais que a prenderam, “o meu pai também batia na minha mãe, sempre foi assim”, tem a ver com questões culturais, ou com a religião, muitas vezes são situações que tem a ver com a auto estima da própria pessoa, a própria pessoa, são características do carácter do indivíduo que levam a que a pessoa se sujeite aquilo, a determinados comportamentos, mesmo sofrendo e sabendo que são ilícitos, mas se calhar a pessoa não tem energia, não tem força “ se ele me deixar com quem é que vou ficar depois?”. Já houve pessoas que me disseram isso...

P: O que é que normalmente é que as vítimas procuram como resposta?

R: Normalmente as vítimas acho que no início de tudo elas querem é acalmar, não querem pragmatismo, não querem respostas objetivas, não querem uma solução, definitiva elas quando vêm muitas vezes vem muito ansiosas, carregadas com aquele peso de sofrimento que muitas vezes é o falar, e ouvir pensando talvez, que nós possamos ter alguma observação que as possa descansar e só o facto de vir aqui se calhar tudo vai ficar em bem. Claro que não, isso é o tipo é mesmo a primeiro impacto, porque eu acho que é isto porque quando nós vamos para a parte objetiva, é a parte do trabalhar no terreno, é a parte de estratégias, “agora vamos fazer isto, vamos fazer aquilo, vamos fazer assim, vamos fazer assado” existe ali uma certa resistência, ok. Não quer dizer que depois não se faça, não se consiga trabalhar com a pessoa e ela até fazer queixa e tomarmos medidas de segurança e tudo isso..., mas é mais acalmar aquela ansiedade, sermos um pouco contentoras daquele sofrimento.

P: Qual o papel destes técnicos nas diversas decisões das vítimas?

R: Acho que é muito importante... o nosso papel porque temos que avaliar várias dimensões daquele ser humano que está a nossa frente, podem ser os mesmos problemas mas são vividos de maneiras diferentes, percecionados de maneiras diferentes e eu não posso, embora eu tenha uma série de técnicas, de estratégias e de formas de lidar com esta pessoa, com pessoas que são vítimas eu não posso lidar da mesma maneira com todos, então eu tenho que fazer uma gestão emocional muito bem feita, porque a maneira como eu digo um facto ou como eu dou uma informação eu não posso dá-la da mesma maneira a todas as pessoas às vezes a interpretação dessa pessoa pode ser diferente de outra, posso ter um impacto negativo até, porque se eu perceber que aquela pessoa está resistente eu posso dar informação que ela tem que ir à polícia, mas eu não posso só me abster de me colocar um pouco no lugar dela e de perceber as razões que a levam a tanta resistência porque se eu for seca, e simplesmente ser aquela técnica que dou aquela informação do pragmatismo.

Tem que se estudar a pessoa, o perfil da pessoa, ouvi-la e saber como dar informação, ok. Porque a pessoa essencialmente tem que se sentir que é acolhida, que é única, não sou mais uma que venho aqui e essa técnica está a desbobinar as coisas e eu que me desenrasque, ela vai-se sentir apenas que teve uma informação e que no fundo não foi apoiada, quer dizer que não também depende a pessoas que até tem uma estrutura emocional e que não estão assim muito em baixo e que apenas querem informação, mas existem outras que podem estar tão amedrontadas, tão fragilizadas que ela tem que sentir

mesmo que existe aqui deveras, pois nós representamos um apoio, ok. E cada vez que vem aqui tem que ser um acompanhamento ao longo do tempo, a pessoa deve ter a noção que aqui veio hoje e que tem acompanhamento ao longo do tempo pronto, que se liga para ela, que se marca um outro atendimento, que se quer saber como as coisas estão, porque isto é um processo não é algo que é estanque e que se chega aqui e a situação é resolvida longo, se uma pessoa for muito seca e se a pessoa não é empática com a vítima a vítima ainda fica mais confusa com mais medo, e sai daqui a pensar que não foi ajudada de maneira nenhuma. Embora às vezes nós tivéssemos dado todas as informações necessárias e mais alguma. Eu posso ser muito objetiva dizer tudo, que a pessoa tem que fazer isto, mas depois se a pessoa não se sente acolhida e aceite ela depois sai daqui com medo e não se faz nada do que se disse é como se não tivesse vindo ok.

P: Na maioria das vezes a vítima é afastada da sua casa que normalmente é um ambiente agressivo, como vê a institucionalização dessas vítimas nas Casas Abrigo ou no Centro de Acolhimento Temporário?

R: Acho que a vítima nunca deveria de sair da sua casa, o suspeito deveria ser logo retirado e existem alguns países que já é assim...eu tenho esperança que um dia destes venha a ser assim cá, no entanto, não estou a querer dizer que não dou valor e que não valorizo, portanto, as instituições que dão resposta porque pelo menos temos essas instituições que antes não havia, há quinze anos atrás não havia qualquer apoio. Isto é tudo um processo que se vai desenvolvendo ao longo do tempo de forma a ajudar as vítimas, hoje em dia temos já na lei e temos respostas sociais que de antes não havia, portanto temos que agradecer e valorizar os esforços que tem sido feito nesse sentido, tanto do governo como das instituições que apoiam estas pessoas, como é claro também que esperemos que as coisas venham sempre a melhorar, que um dia não seja a vítima a sair da casa, mas sim o alegado agressor.

P: Acha que as crenças ou os valores dos técnicos influenciam nas decisões dos projetos de vida das vítimas?

R: Devemos ter uma posição neutra, porque podem vir pessoas de várias religiões, culturas e não podemos julgar, não estamos aqui para julgar, estamos aqui para aceitar e tentar dentro do quadro, do contexto que aquela pessoa vem entende-lo e achar respostas dentro daquele contexto.

P: Na maioria das vezes as vítimas voltam para os agressores por livre iniciativa, como justifica esse regresso?

R: Esse regresso é porque na maioria das vezes elas ainda não estão preparadas, são pessoas que estão muito fragilizadas e que tem que trabalhar com elas próprias, tem que ter um apoio, não é só um apoio a nível das leis, existe uma dependência, uma dependência económica mas será que por trás dessa dependência económica não estará uma dependência emocional portanto vamos reter são pessoas que tem esse domínio sobre as vítimas elas são pessoas muito manipuladoras e que para chegarem ao ponto de conseguir fazer o que querem daquelas pessoas levou muito tempo, foi um trabalho ao longo do tempo, dos meses e dos anos por vezes até começa no namoro em que isolou a pessoa completamente, destruiu a auto estima daquela pessoa, pode ser tanto uma mulher como um homem e depois isso faz com que as pessoas tenham realmente uma dependência muito grande do outro. Depois também a vítima já sabe lidar com aquela situação, porque ela tem os seus próprios mecanismos de defesa tem os seus mecanismos destrutivos, mas tem e com aquilo ela sabe lidar, porque é aquela realidade que ela conhece daí ser muito difícil sair.

P: O que fazem os técnicos perante esta situação?

R: Não podemos influenciar as pessoas, as pessoas têm direito as suas escolhas, apenas podemos fazê-las sentir que estamos aqui, faze-las sentir que podem sempre vir cá, o gabinete está aberto, nunca faze-las sentir culpadas, estamos sempre aqui quando precisar venha.

P: Na parte dois da entrevista, corresponde a parte da caracterização do indivíduo, portanto eu gostaria de saber a sua idade?

R: Tenho 50 anos.

P: A sua escolaridade?

R: Licenciatura em Psicologia Clínica.

R: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa em relação ao tema que estivemos a falar?

R: Não, não gostaria de acrescentar mais nada porque acho que falei demais.

Apêndice 5. Entrevista realizada ao técnico 4:

P: Quais os principais motivos que levam as vítimas a recorrerem ao gabinete?

R: Elas quando recorrem para já talvez é devido ao impacto da violência e da vitimização muitas vezes deixa-as sem solução estão um pouco bloqueadas naquilo que podem fazer e acho que é mais nesse sentido, e no sentido de pedir uma opinião, se bem que aqui há muita coisa para dizer... no primeiro atendimento notamos que há a procura de...notasse que há muitas vezes um aproveitamento do serviço, vem cá por causa da habitação social.

P: Quando faz atendimentos é comum surgirem diversas situações identificadas pelas vítimas de violência doméstica?

R: Acho que sim...depende muito da variante...

P: Como é que intervém numa situação em que a vítima contacta com a instituição correndo perigo que corre por parte do agressor?

R: Quando vêm conseguem controlar, já sabem os hábitos do agressor e conseguem são realmente vítimas conseguem muitas delas, quer dizer as que vem se calhar muitas não poderão vir recorrer ao serviço, mas sei que quando vem aquilo que me apercebo, elas já os conhecem, elas também sabem manipular o horário que estão mais livres digamos assim e que conseguem fazer a chamada a uma amiga.

P: As diversas situações que tem acontecido nos atendimentos quais os motivos que levam as vítimas à não apresentação da queixa contra os agressores?

R: Precisamente aquilo que disse anteriormente, tem a ver com a pergunta anterior...o medo e as represálias...

P: Qual o papel destes técnicos nas diversas decisões das vítimas?

R: É assim nós tentamos ser o mais neutros possível, capacitando a pessoa para poder tomar uma escolha se não tiver capacitada também, entretanto está no apoio psicológico em que se reestrutura a forma habitual da pessoa se é que se pode falar assim...., mas está ligada com isso sim...

P: Como caracteriza o impacto do vosso trabalho na vida destas pessoas?

R: Eu acho que aquilo que percebo elas seguem as nossas orientações aquilo que nós, elas... eu falo mais em elas porque a maior parte dos casos são de mulheres...mas elas seguem normalmente as orientações e quem está realmente empenhado temos sempre feedback ligam sempre a dizer “já fiz isto doutora” quando estão realmente envolvidas no processo de querer resolver a situação e principalmente tem filhos elas envolvem-se no impacto no sentido deste trabalho em rede... para onde deve ir, o tipo de apoio que deve solicitar.

P: Na maioria das vezes a vítima é afastada da sua casa que normalmente é um ambiente agressivo, como vê a institucionalização dessas vitimas nas Casas Abrigo ou no Centro de Acolhimento Temporário?

R: Não sabendo o feedback, ou aquilo que muitas vezes nos devolvem das instituições eu acho que elas vão como uma alternativa e vão seguras, é uma alternativa para elas que consideram positiva, muitas vezes acho que depois existe um conflito entre elas é fácil entrarem em conflito, mas isso tem a ver com o espaço, pois partilham quartos com filhos mas isso já é outro âmbito mas o feedback tem sido positivo, por exemplo quem está em perigo e quer mudar a vida e não foi aqui a possibilidade de melhorar ou de resolver consideram positivo esta institucionalização.

P: Acha que as crenças ou os valores dos técnicos influenciam nas decisões na vida das vítimas?

R: Não, tentamos não fazer isso, o nosso trabalho tem a ver com as crenças delas, depois se elas forem não adaptativas é que tentamos ali, mas nada tem a ver com as nossas tem a ver da forma como elas podem melhorar ou não.

P: Na maioria das vezes as vítimas voltam para os agressores por livre iniciativa, como justifica esse regresso?

R: Não sabem viver a vida delas sem eles...elas não encontram outro significado, quando elas estabelecem um pouco ali a parte emocional em que elas conseguem funcionar mais ou menos e quando se acabam de sentir um bocadinho capazes acabam por não se reestruturar, não fazem um novo significado da vida delas, aliás por isso muitas vezes o que acontece podem não voltar para eles mas voltam para pessoas com a mesmo perfil.

P: O que fazem os técnicos perante esta situação?

R: É livre escolha delas...nós não interferimos...elas não vêm ao apoio...faltam duas vezes estou a falar mais na parte da psicologia...nós não insistimos porque parte se do princípio que a pessoa age de livre vontade...com consciência se é uma escolha dela não podemos, mas é sempre alertada para as várias hipóteses que são colocadas na mesa, mesmo enquanto técnicos.

P: Na parte dois da entrevista, corresponde a parte da caracterização do indivíduo, portanto eu gostaria de saber a sua idade?

R: 44.

P: A sua escolaridade?

R: Mestrado em Psicologia Clínica.

Apêndice 6. Guião de entrevista semi-estruturada às pessoas vítimas de violência doméstica:

Parte I

1. Relação com o agressor/história de vida

- 1.1. Quais foram os seus bons e maus momentos na sua infância?
- 1.2. Como foi o seu percurso de vida até conhecer o seu ex-marido?
- 1.3. Como considera a relação do seu ex-marido com os filhos?
- 1.4. Como define a relação com o seu ex-marido?
- 1.5. Quando é que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica? E como se foram depois manifestando ao longo do tempo? (durante quanto tempo, em que situações ocorriam...)
- 1.6. Relativamente aos seus filhos, acha que foram vítimas de violência doméstica? Como é que os filhos foram vivenciando as situações de violência que recariam sobre si?

Parte II

1. Violência doméstica

- 2.1. Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Motivo)
- 2.2. Na altura tinha a noção clara da situação de violência porque estava a passar? Como a descreveu?
- 2.3. Porque que acha que existiu violência doméstica no seu agregado familiar?
- 2.4. O que é para si violência doméstica? Como se traduz?
- 2.5. Quais as orientações que lhe foram dadas?
- 2.6. Quais foram as suas decisões?
- 2.7. O que a fez manter-se nesta relação?
- 2.8. Porque que acha que a violência doméstica existe?
- 2.9. Sabe se na família do seu ex-marido existe alguma situação idêntica de violência?
- 2.10. A intervenção dos técnicos levou a que tomasse alguma decisão? Qual? (Por exemplo rutura ou reconciliação)
- 2.11. Desde que a sua situação foi finalizada qual foi o seu percurso? (Contar a história de apoio da instituição).

Que tipo de apoio beneficiou dos técnicos?

Como avalia esse apoio prestado? Que impactos teve esse apoio na sua vida?

Com que regularidade mantém contacto com a equipa?

Parte III

3.0 Entrevistado:

3.1. Idade:

3.2. Estado Civil:

3.3. Escolaridade:

3.4. Profissão:

3.5. Qual é a coorganização do seu agregado familiar?

Relação de parentesco	Nº de pessoas	Idades

Apêndice 7. Entrevista realizada à Vítima A:

P: A primeira parte da entrevista corresponde à relação com o agressor e à história da sua vida.

P: Quais foram os seus bons e maus momentos na sua infância?

R: Então... a minha infância foi marcada por muitos bons momentos, sempre fui de uma família boa, o meu pai sempre amou a minha mãe e sempre a tratou bem, portanto eu... cresci como uma criança saudável...

P: Como foi o seu percurso de vida até conhecer o seu ex-marido?

R: Antes de viver com o meu ex-marido tive outro casamento...em que tive a minha filha mais velha...depois separei-me do pai da minha filha e aí conheci este meu marido....

P: Como considera a relação do seu ex-marido com os filhos?

R: Os meus filhos não têm qualquer tipo de relação com o pai, pois... ele cresceu a ver a mãe sofrer, a ver o meu ex-marido a bater-me e... mais tarde muitas vezes tentaram meter-se entre nós os dois para me defenderem só que quanto mais me defendiam mais o meu marido lhes batia.... Tivemos muitas dificuldades a nível de relacionamento com o meu filho, pois ele também nunca aceitou muito bem a minha filha...

P: Como define a relação com o seu ex-marido?

R: De momento não tenho qualquer tipo de relação com o meu ex-marido, tenho a minha vida reestruturada graças às doutoras e à minha família e amigos que me apoiaram...

P: Quando é que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica? E como se foram depois manifestando ao longo do tempo? (durante quanto tempo, em que situações ocorriam...)

R: A primeira vez foi quando estava grávida do meu filho, ele achava que eu por estar grávida era uma inútil... não servia para nada... então houve um dia que eu estava cheia de dores no meio da gravidez porque eu sofri muito na minha primeira gravidez então o médico mandou-me estar deitada durante um mês e ele achava que era tudo um fingimento.

Depois de ter o meu filho as situações de violência pararam, mas agravou quando num dia em que eu estava a trabalhar na loja e ele chegou lá e começou-me a arrastar pelos cabelos à frente da minha colega.

P: Relativamente aos seus filhos, acha que foram vítimas de violência doméstica? Como é que os filhos foram vivenciando as situações de violência que recariam sobre si?

R: O meu filho a infância deles foi viver neste ambiente, quando nos juntamos eles estavam sempre presentes, pois ele parece que também fazia questão de me bater à frente dos pequenos... E muitas das vezes foram vítimas de violência doméstica pois como já disse assim que cresceram estavam sempre a defender-me e acabavam também por levar, era eu e eles...

P: Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Motivo)

R: A primeira vez que pedi ajuda foi uma amiga/colega minha que me disse e chamou-me à razão das situações que estava a passar no dia-a-dia, ela é a minha confidente... então na altura deu-me o número da APAV estava eu em casa com ela e ela mandou-me ligar para o gabinete eu disse a minha situação, às doutoras ajudaram-me logo e pediram-me para vir ao gabinete para saberem melhor da minha situação... Entretanto depois de receber as medidas de coação fui viver para a casa da minha irmã e com os meus filhos.

P: Na altura tinha a noção clara da situação de violência porque estava a passar? Como a descreveu?

R: Não, claro que não... para mim aquilo já era o meu dia-a-dia, era ele chegar a casa, chatear-se comigo por tudo e por nada e acabava sempre no mesmo, eu a sangrar e super magoada, mas eu gostava imenso dele e nada me fazia ver que ele era aquele monstro que discutia comigo, e tinha o meu filho não queria que ele crescesse sem o seu pai...

P: Porque que acha que existe ou existiu violência doméstica no seu agregado familiar?

R: Porque eu na altura era uma pessoa muito fraca, eu tolerei isso... deixava achava que merecia levar dele, porque achava que eu é que errava, no entanto, afinal de contas quem estava errado era ele, e sempre tive medo que os meus pais levassem a mal a decisão de nos separarmos, os meus pais, os meus vizinhos... então ele bateu-me durante muitos anos

P: O que é para si violência doméstica? Como se traduz?

R: A violência doméstica para mim é o que eu passei é quando a outra pessoa falta ao respeito a outra...quando a trata como lixo...

P: Quais as orientações que lhe foram dadas?

R: As doutoras sempre me ajudaram e sempre estiveram lá nos meus piores momentos, deram-me as regras de segurança que quando ele começasse a tentar aproximar-se de mim tivesse sempre o número de emergência à mão, nunca andasse sozinha...

P: Quais foram as suas decisões?

R: Na altura as minhas decisões eram deixar tudo para trás e levar os meus filhos..., mas sabe que não é fácil não é, ao fim ao cabo, eu tinha ali a minha vida e um dia tive que ser forte e deixar tudo para trás...

P: O que a fez manter-se nesta relação?

R: Primeiro, foram os meus filhos eu não queria que eles vivessem com pais separados, e depois eram os meus pais eu tinha vergonha e medo de dizer aos meus pais que queria separar-me do meu marido...

P: Porque que acha que a violência doméstica existe?

R: Acho que os homens gostam de se apoderar das suas mulheres e acham que elas têm que estar sempre lá para eles, e não percebem nem vem que nós somos humanas como eles... e acima de tudo existe porque nós somos uns seres frágeis e eles conseguem dar conta de nós...

P: Sabe se na família do seu ex-marido existe alguma situação idêntica de violência?

R: Não... o meu marido sempre cresceu num bom ambiente...

P: A intervenção dos técnicos levou a que tomasse alguma decisão? Qual? (Por exemplo rutura ou reconciliação)

R: Na altura eu não ouvia ninguém, mas depois percebi que estas pessoas queriam-me ajudar...então eu comecei a seguir os conselhos que as doutoras me davam e consegui acabar com o maior sofrimento que tinha na minha vida...

P: Desde que a sua situação foi finalizada qual foi o seu percurso? (Contar a história de apoio da instituição).

R: Consegui arranjar uma casa, um emprego e estabilizar a minha vida que estava de pernas para o ar, aqui na APAV sempre me ajudaram em todos os meus momentos...

P: Que tipo de apoio beneficiou dos técnicos?

R: Eu tive o apoio psicológico em que tive várias consultas com as psicólogas e tive outras técnicas que deram-me a informação das instituições para conseguir seguir com a minha vida em frente, por exemplo como organizar um currículo para arranjar emprego...

P: Como avalia esse apoio prestado? Que impactos teve esse apoio na sua vida?

R: O apoio das doutoras foi muito importante para conseguir seguir com todas as mudanças necessárias na minha vida...

P: Com que regularidade mantém contacto com a equipa? Quais as mais-valias do apoio prestado? O que poderia ser melhorado na intervenção desenvolvida pela equipa?

R: Venho várias vezes cá ao gabinete porque o meu processo judicial ainda está a decorrer e continuo a necessitar de orientações jurídicas.

P: Poderia-me dizer a sua idade?

R: 42 anos

P: O seu estado civil?

R: Divorciada.

P: A sua escolaridade?

R: 9º ano.

P: Poderia-me dizer a sua profissão?

R: Repositora.

P: Qual é a coorganização do seu agregado familiar?

R: Vivo sozinha, mas tenho 2 filhos, uma rapariga e um rapaz ...

Relação de parentesco	Idades
Filha	20 anos.
Filho	15 anos.

P: Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 8. Entrevista realizada à Vítima B:

P: A primeira parte da entrevista corresponde à relação com o agressor e à história da sua vida.

P: Quais foram os seus bons e maus momentos na sua infância?

R: A minha família sempre foi muito boa, cresci normalmente...eu e os meus irmãos sempre fomos muito amigos...

P: Como foi o seu percurso de vida até conhecer o ex-marido?

R: Conheci-o quando ele veio realizar um trabalho de prospeção para a Câmara de Olhão, ele integrou-se no mesmo grupo de amigos e começámos a relacionar-nos, ele começou a dar-se muito bem a minha família e a minha filha, fruto da minha primeira relação que infelizmente deu em divórcio. Quando regressou para a terra dele pois ele é de Aveiro decidimos casar e eu fui viver com a minha filha para a sua casa em Aveiro.

P: Como considera a relação do seu ex-marido com os filhos?

R: As minhas filhas não têm qualquer tipo de relação com o meu ex-marido, depois do que me fez a mim e as elas, elas nem o querem ver pela frente...

P: Como define a relação com o seu ex-marido?

R: Não tenho nenhuma relação com ele, ele para mim morreu... ele e a família dele.

P: A família dele?

R: Sim... o meu sogro no dia em que fui chamada ao tribunal por causa da minha filha... levei várias facadas na barriga e isto tudo aconteceu à frente do tribunal, as ameaças continuaram durante muito tempo...pois eles queriam ficar com a minha filha mais nova...

P: Quando é que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica? E como se foram depois manifestando ao longo do tempo? (durante quanto tempo, em que situações ocorriam...)

R: Quando tive o meu acidente, pois durante um tempo tive de cadeira de rodas, ele começou-me a bater e a fazer jogos psicológicos.

Eu já não aguentava aquilo, assim que ele chegava a casa começavam as discussões e as chatices...E os meus sogros ajudavam a que isso acontecesse, pois nunca gostaram de mim sabe...

Então um dia cansei-me e consegui fugir com as minhas filhas...

P: Relativamente aos seus filhos, acha que foram vítimas de violência doméstica? Como é que os seus filhos foram vivenciando as situações de violência que recariam sobre si?

R: Sim... as minhas filhas sofreram muito com ele, especialmente a minha mais nova... que um dia quando estávamos sozinhas conversamos e ela chegou-me a dizer que tinha muito medo do pai porque ele lhe dava banho abusava sexualmente dela, isto muito bem explicado com as suas próprias expressões.

Na segunda parte da entrevista tem a ver com a violência doméstica.

P: Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Motivo)

R: Quando pedi apoio foi quando não aguentava mais, eu já era tratada com indiferença e repulsa por parte do meu marido, a minha filha mais velha passou a não se dar com o padrasto e ele voltava toda a sua atenção para a nossa filha na altura com 5 anos... quando tive o acidente de carro fiquei inválida durante uns meses e os meus sogros começaram a passar mais tempo na nossa casa, eu ouvia a minha sogra no andar de baixo a incentivar o filho para que me batesse ou empurrasse a cadeira pela escada porque era o que eu merecia, entrei em pânico e pedi ajuda a uma prima e a mesma é que me ajudou a sair de casa, mais tarde ela acompanhou-me à APAV.

P: Na altura tinha a noção clara da situação de violência porque estava a passar? Como a descreveu?

R: Tinha... eu sabia que ele me faltava ao respeito...sabia que ele me batia..., mas acima de tudo eu gostava dele, sabe estava completamente iludida... pois achava que cada dia que passava e cada vez que ele vinha sempre com a mesma conversa que ia mudar eu acreditava, até que houve um dia que deixei de acreditar...

P: Porque que acha que existiu violência doméstica no seu agregado familiar?

R: Porque ele já veio de uma família em que os pais, o pai é um autêntico opressor, sei que a minha sogra sempre foi controlada e acredito que sofreu se bem que nunca admitiu de maus tratos por parte do marido e porque infelizmente e só tarde demais constatei que o meu ex-marido é um pedófilo.

P: O que é para si violência doméstica? Como se traduz?

R: A violência doméstica são todos os atos que a pessoa quer controlar e subjugar a outra como se não fosse um ser humano com os mesmos direitos...

P: Quais as orientações que lhe foram dadas?

R: As doutoras sempre me ajudaram a ser forte...a partir do momento em que me dirigi à instituição percebi que eu própria é que tinha que mudar, tinha que me fortalecer para poder ajudar e proteger as minhas filhas.

P: Quais foram as suas decisões?

R: Deixei-o sozinho, abandonei aquela casa, levei as minhas filhas e vim para junto da minha família que muito me tem apoiado...

P: O que a fez manter-se nesta relação?

R: Eu acreditava nele, tinha sentimentos por ele e como já vinha de uma relação falhada resistia a aceitar um novo divórcio na minha vida.

P: Porque que acha que a violência doméstica existe?

R: Porque nós mulheres a maior parte somos muito sentimentalistas e primeiramente ouvimos o nosso coração e não é fácil...e esperamos sempre que as coisas mudem...principalmente quando se lida com um manipulador como foi o meu caso.

P: Sabe se na família do seu ex-marido existe alguma situação idêntica de violência?

R: Sim... o meu sogro é uma pessoa extremamente dominadora e controlador, não esquecer que o mesmo é militar de carreira e conduz a família ao mesmo estilo.

P: A intervenção dos técnicos levou a que tomasse alguma decisão? Qual? (Por exemplo rutura ou reconciliação)

R: Sim... as doutoras abriram-me os olhos e fizeram-me ver que o mundo não é cinzento...as mesmas apoiaram-me ao longo de todo o processo principalmente judicial e psicológico.

P: Desde que a sua situação foi finalizada qual foi o seu percurso? (Contar a história de apoio da instituição).

R: Arranjei a minha casinha, o meu trabalho já está estabilizado, pois na altura não tinha emprego e nem conseguia, não tinha capacidades para trabalhar...

P: Que tipo de apoio beneficiou dos técnicos?

R: Acima de tudo tive apoio a nível psicológico, as doutoras psicólogas ajudaram-me muito e as outras também, a mim e às minhas filhas...

P: Como avalia esse apoio prestado? Que impactos teve esse apoio na sua vida?

R: Foi com o apoio da APAV que consegui alterar a minha vida, consegui apagar o terror que estava a passar diariamente...

P: Com que regularidade mantém contacto com a equipa? Quais as mais-valias do apoio prestado? O que poderia ser melhorado na intervenção desenvolvida pela equipa?

R: De vez em quando ligo mais para o gabinete para saber se está tudo bem... pois a minha vida é muito preenchida e os meus horários são inflexíveis para cá vir com regularidade...

Na terceira parte corresponde ao entrevistado:

P: Poderia-me dizer a sua idade?

R: 41 anos

P: O seu estado civil?

R: Divorciada.

P: A sua escolaridade?

R: Secundário.

R: Trabalho num café.

P: Qual é a coorganização do seu agregado familiar?

Relação de parentesco	Idades
Filha	15 anos.
Filha	18 anos.

P: Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 9. Entrevista realizada à Vítima C:

P: A primeira parte da entrevista corresponde à relação com o agressor e à história da sua vida.

P: Quais foram os seus bons e maus momentos na sua infância?

R: A minha infância sempre teve momentos não muito fáceis, o meu pai sempre bateu na minha mãe e eu era uma rapariga rebelde... sempre fui contra todos...também os meus pais nunca me deram a atenção devida...

P: Como foi o seu percurso de vida até conhecer o seu ex-marido?

R: Estava a morar com os meus pais, mas farta daquele ambiente arranjei um trabalho e pura coincidência quando o conheci pensei que fosse a melhor forma de sair de casa...

P: Como considera a relação do seu ex-marido com os filhos?

R: Os meus filhos não falam com o pai.... Nem comigo...a minha filha foi viver sozinha para outra casa, o meu filho estava lá em cima, mas voltou e vivia nas duas casas, só que num dia tivemos uma discussão muito grande e ele ameaçou-me pois queria dinheiro...

P: Como define a relação com o seu ex-marido?

R: O meu ex-marido não sabe nada da minha vida, eu fugi do sítio onde estava peguei nas malas nos meus filhos e tive que fugir...

P: Quando é que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica? E como se foram depois manifestando ao longo do tempo? (durante quanto tempo, em que situações ocorriam...)

R: Nós assim que nos conhecemos juntamo-nos logo, pois não nos conhecíamos bem... eu não sabia que ele era uma pessoa violenta e eu sempre fui fraca no que toca a esse ponto... então sempre fiz o que ele queria...mas nunca nada estava ao gosto dele...tudo servia para explodir...ao principio eram só palavrões e insultos, depois um dia quando chegou para almoçar e o mesmo ainda não estava pronto agrediu-me...estava eu grávida da minha filha... a partir daí as agressões físicas eram constantes...

P: Relativamente aos seus filhos, acha que foram vítimas de violência doméstica? Como é que os mesmos foram vivenciando as situações de violência que recariam sobre si?

R: Sim... tanto eu como os meus filhos sofremos muito...O pai não se impedia de me insultar e agredir-me na presença dos mesmos, os meus filhos viviam pedindo que eu e eles fugíssemos de casa e o que mais tarde foi o que acabou por acontecer...

Na segunda parte da entrevista tem a ver com a violência doméstica.

P: Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Motivo)

R: Vim para Faro para a casa de uma amiga que me deu abrigo a mim e aos meus filhos... e ela é que me falou na APAV e o que me podia ajudar, então viemos cá, pois eu estava sem nada... e sem saber o que fazer...

P: Na altura tinha a noção clara da situação de violência porque estava a passar? Como a descreve?

R: Tinha... porque a minha infância foi marcada por estes momentos, mas eu estava a depender dele a nível económico, pois estava desempregada e alguém tinha que dar de comer aos meus filhos.

P: Porque que acha que existiu violência doméstica no seu agregado familiar?

R: Ele sempre foi agressivo... eu é que não o conhecia bem...pelos vistos até a família dele também é assim...

P: O que é para si violência doméstica? Como se traduz?

R: A violência é quando a outra pessoa não respeita a outra e considera-se dono dela...

P: Quais as orientações que lhe foram dadas?

R: As doutoras falaram-me numa casa abrigo..., mas eu não quis e preferi ficar na casa da minha amiga, ajudaram-me a procurar emprego, casa e sempre me deram as regras de segurança. Hoje em dia consegui arranjar uma casa de habitação social com a ajuda das doutoras.

P: Quais foram as suas decisões?

R: Seguir em frente...

P: O que a fez manter-se nessa relação?

R: Os meus filhos...e o medo de não ser capaz de conseguir sustenta-los... e também tinha medo que o pai dos meus filhos tivesse razão, pois ele sempre me dizia que eu era uma incapaz, uma inútil e que acabaria por ir viver para a beira da estrada...

P: Porque que acha que a violência doméstica existe?

R: Porque as pessoas não sabem ter calma umas com as outras...

P: Sabe se na família do seu ex-marido existe alguma situação idêntica de violência?

R: Sim a família do meu ex-marido é só violentos...A minha sogra foi vítima desde sempre e aconselhava-me a que eu ficasse sossegada porque os homens são mesmo assim e eu tinha era que ter paciência...ela já morreu e eu acho que foi devido a maltratos por parte do meu sogro...não me dou com nenhum familiar do meu ex-marido porque os mesmos também não se entendem com nenhum deles.

P: A intervenção dos técnicos levou a que tomasse alguma decisão? Qual? (Por exemplo rutura ou reconciliação)

R: Sim, na altura deram-me muito apoio.... Ajudara-me na entrada do processo de divorcio, na entrada da queixa crime...tive muito apoio psicológico e passei a acreditar que afinal eu até conseguia seguir em frente só com os meus filhos...

P: Desde que a sua situação foi finalizada qual foi o seu percurso? (Contar a história de apoio da instituição).

R: Fiquei a viver na casa da minha amiga, com os meus filhos e dividimos as despesas, pois não conseguia sustentar uma casa com 3 filhos... Mas hoje em dia os dois já são grandes e vivo só com o meu filho mais novo porque tinha o rendimento de inserção social...hoje em dia já tenho um trabalho...as doutoras ajudaram-me a arranjar casa.

P: Como avalia esse apoio prestado? Que impactos teve esse apoio na sua vida?

R: Foi importante, uma vez que as doutoras apoiaram-me em muitas situações, até nos apoios de despesas básicas me ajudaram e ainda hoje é bom saber que posso contar com a atenção e a ajuda de qualquer delas...

P: Com que regularidade mantém contacto com a equipa? Quais as mais-valias do apoio prestado? O que poderia ser melhorado na intervenção desenvolvida pela equipa?

R: É muito pouca, mas às vezes venho cá ver como estão a correr as coisas...e também desabafar e pedir alguns conselhos...porque a vida não é fácil...temos sempre dificuldades e problemas e as doutoras muitas vezes ajudam-me a resolve-los, mas não trocaria a minha vida presente pelo passado...

Na terceira parte corresponde ao entrevistado:

P: Poderia-me dizer a sua idade?

R: 51 anos

P: O seu estado civil?

R: Divorciada.

P: A sua escolaridade?

R: 6^a ano.

P: Poderia-me dizer a sua profissão?

R: Trabalho num supermercado.

P: Qual é a coorganização do seu agregado familiar?

R: Vivo com o meu filho mais novo que tem 14 anos...

P: Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 10. Entrevista realizada à Vítima D:

P: A primeira parte da entrevista corresponde à relação com o agressor e à história da sua vida.

P: Quais foram os seus bons e maus momentos na sua infância?

R: A minha família era de classe média, portanto a minha infância foi marcada por momentos bons, pois morava com os meus pais na casa deles com os meus irmãos, sempre tive momentos agradáveis, se calhar a única fase má que tive na minha vida foi na minha adolescência que andei com maus caminhos e quando conheci o meu ex-marido aí sim os meus pais voltaram-se um pouco contra mim, hoje em dia entendo a revolta deles...mas em pequena sempre tive bons momentos, eu era uma menina em que os meus pais sempre me deram tudo o que conseguiam, a mim e aos meus irmãos.

P: Como foi o seu percurso de vida até conhecer o seu ex-marido?

R: Vivía com os meus pais, andava na escola, pois era estudante, mas chegou uma altura que decidi que não quis estudar mais, pois fui contra a ideia dos meus pais, era muito nova e queria trabalhar, também naquela altura não estudávamos até muito tempo... então apaixonei-me pelo meu ex-marido e decidi sair de casa, contra a vontade dos meus pais, apesar do meu pai se ter chateado imenso comigo, a minha mãe custava-lhe imenso pois ele nunca foi boa companhia mas sempre me apoiou... O meu ex-marido andou sempre em maus caminhos sabe...

P: Como considera a relação do seu ex-marido com os filhos?

R: O meu ex-marido não liga nenhuma à filha, nunca foi um pai presente, eu sempre fui pai e mãe ao mesmo tempo, ele teve filhos por ter porque eu engravidei e ele nunca teve em ideia que eu abortasse, mas para ele é como se não a tivesse...

P: Como define a relação com o seu marido?

R: De momento não tenho qualquer tipo de relação com ele, o único motivo que me fazia ligar a ele era as minhas filhas, mas ele não quer saber dela e ela também não se importa... Mas quando vivíamos juntos e assim que tive a minha filha deixámos de nos falar... ele chegava a casa muito tarde, pois trabalha numa empresa e trabalha até muito tarde, nós quase que não o chegávamos a ver, quando nos víamos era por muito pouco tempo e mesmo assim ele não me dava nenhuma atenção e muito menos quando estive grávida nunca foi uma vez comigo ao médico...

P: Quando é que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica? E como se foram depois manifestando ao longo do tempo? (durante quanto tempo, em que situações ocorriam...)

R: O primeiro episódio foi logo após de ter a minha filha, assim que saí do hospital foi a primeira vez que me bateu... mas depois não sei parece que se arrependeu e a única coisa que me tratava mal era com palavras, apesar de que as palavras para mim eram como se fossem chapadas... Só que na altura eu também sabia que era o álcool que era mais forte... Então deixava passar... entretanto a segunda vez estava a minha filha mais velha no 2º ano quando mais uma vez voltou a bater-me hoje em dia ainda a minha filha tem muitos traumas assim que ouve uma discussão ou alguém fala mais alto com ela, ela começa logo a chorar em pânico... Entretanto depois dessa altura a violência continua em muitos períodos de tempo, todas as semanas ele chegava a bater-me... assim que chegava a casa e eu já dormia pois ele chegava sempre tarde como já disse acordava-me e prontos era o terror naquela casa...

P: Relativamente à sua filha, acha que foi vítima de violência doméstica? Como é que a sua filha foi vivenciando as situações de violência que recariam sobre si?

R: A minha filha sim... ela presenciou muito e chegou a enfrentar o pai.

Na segunda parte da entrevista tem a ver com a violência doméstica.

P: Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Motivo)

R: Numa das vezes consegui chamar a polícia lá a casa, ajudaram-me a fazer queixa e, entretanto, falaram-me da APAV e que a instituição poderia-me apoiar, então fiquei a pensar no que os policias disseram e passado uma semana dirigi-me cá ao gabinete...

P: Na altura tinha a noção clara da situação de violência porque estava a passar? Como a descreve?

R: Tinha... eu já andava cansada de tudo...eu já não sabia o que fazer pois ele metia-se comigo por tudo e todos os dias já vinha com álcool... eu não conseguia ter uma noite descansada... É horrível...eu andava sempre cansada pois quase nunca dormia só de pensar que era mais uma noite de terror...

P: Porque que acha existiu violência doméstica no seu agregado familiar?

R: Porque o meu ex-marido sempre teve uma infância má, o pai já batia na mãe...isto para ele já era o dia-a-dia era normal, eu era dele, portanto o que fazia de mal tinha

que levar para aprender que não podia voltar a fazer a mesma asneira.... Já o irmão dele também bate na sua mulher...

P: O que é para si violência doméstica? Como se traduz?

R: Para mim é o que vivi...

P: Quais as orientações que lhe foram dadas?

R: As doutoras sempre me ajudaram... comecei a ter umas consultas de psicologia..., mas primeiro acompanharam sempre o meu caso e digo-lhe já nos meus momentos de fraqueza porque eu mesmo assim continuei a viver com ele elas ligavam-me sempre para eu não desistir e ter forças...

P: Quais foram as suas decisões?

R: Continuei a viver com ele..., mas passado uns tempos pensei em agarrar nas minhas coisas e nas minhas filhas e ir-me embora, a minha mãe na altura teve um AVC e precisava mais de mim do que ele...

P: O que a fez manter-se nesta relação?

R: Eu achava que ele me amava e eu amava-o muito... e escolhi-o para meu marido e pai da minha filha, pensava se sáísse ainda encontrava um que poderia ser pior que ele... e esse eu não o conhecia enquanto que este conhecia-o como a palma da minha mão... então nunca me tinha passado pela cabeça separar-me dele...

P: Porque que acha que a violência doméstica existe?

R: No meu caso, o meu marido já vinha de uma família assim... pois ele e o irmão sempre andaram até muito tarde fora de casa... não tinham regras nenhuma, o pai o que ganhava gastava tudo e nunca orientou a casa, a mãe coitada é que sempre deu conta de tudo... E quando se casou comigo continuou a fazer a mesma vida de solteiro... quem sempre lhe comprou roupa era eu...

P: Sabe se na família do seu ex-marido existe alguma situação idêntica de violência?

R: Sim...o pai dele sempre bateu na mãe...

P: A intervenção dos técnicos levou a que tomasse alguma decisão? Qual? (Por exemplo rutura ou reconciliação)

R: Sim... as doutoras nunca me obrigaram a nada..., mas comecei a ver que a minha vida não era aquilo...eu tinha que me dar mais valor a mim própria e as doutoras ajudaram-me a isso a saber dar-me valor primeiro e depois dar valor aos outros...

P: Desde que a sua situação foi finalizada qual foi o seu percurso? (Contar a história de apoio da instituição).

R: Fui viver com os meus pais, pois Graças a Deus a minha mãe ainda é viva apesar dos problemas de saúde que tem tido... nos primeiros tempos quem me apoiou foram os meus pais pois eu estava desempregada e não tinha dinheiro para me sustentar a mim e à minha filha, mas mais tarde arranjei emprego...trabalho numa papelaria e ajudo os meus pais nas contas e continuo a viver com eles...

P: Que tipo de apoio beneficiou dos técnicos?

R: Tive apoio psicológico.... Vim a várias consultas...

P: Como avalia esse apoio prestado? Que impactos teve esse apoio na sua vida?

R: Foi bom... para a minha vida foi muito bom... comecei-me a dar mais valor e a acreditar mais em mim...

P: Com que regularidade mantém contacto com a equipa? Quais as mais-valias do apoio prestado? O que poderia ser melhorado na intervenção desenvolvida pela equipa?

R: De vez em quando passo por cá, ou ligo para o gabinete para saber como estão...

Na terceira parte corresponde ao entrevistado:

P: Poderia-me dizer a sua idade?

R: 60 anos

P: O seu estado civil?

R: Divorciada.

P: A sua escolaridade?

R: 4º ano.

P: Poderia-me dizer a sua profissão?


R: Trabalho numa papelaria.

P: Qual é a coorganização do seu agregado familiar?

Relação de parentesco	Idades
Mãe	78 anos
Pai	80 anos
Filha	35 anos

P: Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 11. Certificado de formação profissional do " Curso de formação de técnicos de apoio à vítima - Nível Básico".



Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Rita Beatriz Barão Afonso natural de Faro nascida em 11/06/1994, com o N.º de Identificação Civil 13712991 válido até 27/03/2020, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Curso | Atendimento a Vítimas de Crime, em 10/11/2017, com a duração de 90:00 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas (hh:mm)	Classificação 0..100
Módulo I - Apresentação do curso e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	1:00	-
Módulo X - Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência	7:00	-
Módulo XI - Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência	7:00	-
Módulo XII - Crimes Patrimoniais	4:00	-
Módulo XII - Prática em contexto de trabalho	52:00	100
Módulo II - O Técnico de Apoio à Vítima (TAV)	1:00	-
Módulo III - O Atendimento	3:00	-
Módulo IV - Técnicas de comunicação	1:00	-
Módulo V - Código de Conduta, Confidencialidade e Segurança	1:00	-
Módulo VI - Introdução aos Apoios Específicos	1:30	-
Módulo VII - Processo de Apoio Online	1:30	-
Módulo VIII - Apoio Específico: Apoio Social	3:00	-
Módulo IX - Apoio a Vítimas de Violência Doméstica	7:00	-
Nota Final		100

Lisboa, 12 de março de 2018

O(A) Responsável pelo curso da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

(Assinatura e selo branco ou carimbo da entidade)

SEDE

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

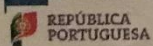
T. 21 258 75 00 / F. 21 257 63 51

apav.sede@apav.pt

Rua José Estêvão, n.º 135-A, Piso 1


1150 - 201 LISBOA

Certificado n.º 894/2017 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010



N.º de Identificação Civil 13712991 - Página 1 de 1

Apêndice 12. Certificado de formação profissional do curso "Gestão e Avaliação de Grau de Risco".



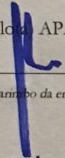
Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Rita Beatriz Barão Afonso natural de Faro nascida em 11/06/1994, com o N.º de Identificação Civil 13712991 válido até 27/03/2020, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Workshop | Avaliação e gestão do risco, em 11/05/2018, com a duração de 3:00 horas.

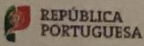
Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas (hh:mm)	Classificação 0..20
Avaliação e gestão de risco	3:00	15
Nota Final		16

Lisboa, 30 de maio de 2018

O(A) Responsável pelo APAP - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima


Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
SEDE
T. 21 358 79 00 F. 21 887 63 51
Rua do Carmo, n.º 135-A, Piso 1
1150 - 201 LISBOA

Certificado n.º 314/2018 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010



N.º de Identificação Civil 13712991 - Página 1 de 1